

**INSTITUTO DE ALTOS ESTUDOS MILITARES
CURSO DE ESTADO MAIOR**

2001-2003



TRABALHO INDIVIDUAL DE LONGA DURAÇÃO

**A REALIDADE DO APOIO SOCIAL NO EXÉRCITO.
PERSPECTIVAS DE FUTURO.**

DOCUMENTO DE TRABALHO

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO
CURSO NO IAEM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO SEU AUTOR, NÃO
CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DO EXÉRCITO PORTUGUÊS.**

Paulo Jorge Ferreira Gomes Pinto de Sousa

MAJ CAV



A Realidade do Apoio Social no Exército. Perspectivas de Futuro.

Instituto de Altos Estudos Militares
Lisboa, 05 de Dezembro de 2002



RESUMO

Pretendemos, com o presente trabalho, contribuir para o conhecimento do actual sub-sistema de apoio social do Exército, a sua forma de actuação, as políticas orientadoras, as áreas prioritárias de actuação, as actividades em curso, as suas infra-estruturas e os equipamentos usados no apoio.

O nosso objectivo é determinar o grau de satisfação dos Oficiais e Sargentos do QP no activo, relativamente aos serviços de apoio social e, conseqüentemente, concluir da sua eficácia e eficiência, isto é, saber se os actuais serviços de apoio respondem as expectativas dos Oficiais e Sargentos, face às actuais solicitações da vida moderna. Este assunto assume especial importância pelas implicações que tem na vida pessoal e familiar.

Depois de definida a natureza do problema (relação entre o grau de satisfação dos Oficiais e Sargentos), efectuamos o enquadramento conceptual, focando: a política nacional de apoio social; os órgãos governamentais com responsabilidades no apoio social, o Ministério da Defesa Nacional (MDN) e o Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA). Posteriormente, abordamos o apoio social no Exército, destacando-se os órgãos com responsabilidades no planeamento e execução, em especial a DASP. Neste âmbito, também analisamos as entidades congéneres da Força Aérea e da Marinha responsáveis pelo apoio social.

Seguidamente, estudamos o apoio social dos Exércitos Espanhol, do Reino Unido e do Brasil e, por fim, fazemos referência a um trabalho que faz o estudo do Serviço de Acção Social da Força Aérea.

Para a investigação, a recolha de dados foi baseada, essencialmente, num questionário, que foi aplicado a duas sub-amostras, uma de Oficiais e outra de Sargentos, do QP no activo.

Pela análise dos questionários e entrevistas, concluímos que:

- O grau de informação dos Oficiais e Sargentos relativamente às áreas do apoio social estudadas é insuficiente;
- A utilização dos serviços disponíveis por parte dos Oficiais e Sargentos é reduzida;
- Os Oficiais e Sargentos estão insatisfeitos com os serviços de apoio;



- Não estão definidos objectivos estratégicos para a área do apoio social;
- Não há planos de acção para o apoio social.

Na apresentação dos resultados descreveremos pormenorizadamente para cada área estudada os resultados obtidos.



AGRADECIMENTOS

A realização do Trabalho Individual de Longa Duração (TILD) foi resultado do esforço pessoal, da vontade e da dedicação e de todo o apoio prestado.

Assim, expressamos o nosso reconhecimento a todos quantos, no Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), contribuíram para que o mesmo fosse uma realidade. Em especial, ao orientador, Coronel Abílio Gomes, ao Tenente Coronel Barreiros dos Santos e ao Director de Curso Tenente Coronel Alves Ferreira.

O nosso agradecimento à RMN, EPAM, EPI, EPC, RL2 e ao RI 3, pelo apoio prestado na elaboração dos questionários que serviram de base ao trabalho de investigação.

Ao Chefe da Divisão de Pessoal do Estado Maior, Coronel Cabrita, e em especial, ao Tenente Coronel Figueiredo, chefe da Repartição de Justiça, Moral e Bem-estar pelos esclarecimentos prestados.

Ao Major Juan Cabrero, do Exército espanhol e ao Tenente Coronel Fernando Mansur, do Exército brasileiro, pelos esclarecimentos prestados no âmbito do apoio social dos respectivos exércitos.

À DASP, em especial, ao Major General Sousa Neves, seu actual director, ao Tenente Coronel Duarte, Chefe da Repartição de Apoio Social.

Ao Cmdt Costa Mateus, da Direcção de Apoio Social da Marinha e ao Coronel Carvalho Fernandes, do Serviço de Acção Social da Força Aérea, pelos diversos esclarecimentos que nos prestaram.

Ao Major General Aguda, subdirector da Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) do Ministério da Defesa Nacional (MDN), e ao Tenente Coronel Reis e Capitão Barata, da Divisão de Assuntos Sociais, pelos esclarecimentos prestados.

O meu agradecimento especial à Dr.a Fernanda Peixoto Pereira pelo apoio, amizade, e disponibilidade que sempre nos dispensou, bem como ao Dr. Francisco Pinto de Sousa e à Dr.a Berta Sandra pela paciência e apoio prestado na elaboração do TILD.



ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	1
Definição do Objectivo da Investigação.....	2
Importância do Estudo.....	2
Delimitação do Estudo.....	3
Definição de Termos.....	3
Metodologia.....	6
Organização e Conteúdo do Estudo.....	7
I. REVISÃO DE LITERATURA.....	8
I.1. Enquadramento Conceptual.....	8
I.1.1. Política Nacional de Apoio Social.....	8
I.1.2. Órgãos Governamentais com responsabilidades no Apoio Social.....	9
I.2. O Apoio Social no Exército.....	11
I.2.1. Órgãos com responsabilidades no Apoio Social no Exército.....	11
I.2.2. A Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal.....	12
I.3. O Apoio Social dos Outros Ramos.....	13
I.3.1. O Apoio Social na Marinha.....	13
I.3.2. O Apoio Social na Força Aérea.....	14
I.4. O Apoio Social de outros Exércitos.....	16
I.4.1. Espanha.....	16
I.4.2. Reino Unido.....	18
I.4.3. Brasil.....	19
I.5. Referências a trabalhos Anteriores.....	21
II. EXECUÇÃO PRÁTICA DO APOIO SOCIAL.....	23
II.1. Metodologia.....	23
II.2. Amostra.....	25
II. 2.1. Sub – Amostra A.....	25
II. 2.2. Sub – Amostra B.....	25
II 3. Instrumentação e Recolha de Dados.....	27
II.4. Procedimento.....	28
II.5. Resultados.....	28
II. 5.1 Do Questionário.....	30
II. 5.2 Das Entrevistas.....	38
II.6. Discussão.....	41
II.7 A Execução de Apoio Social. Perspectivas de Futuro.....	43
Conclusões.....	46
Proposta.....	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	I
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO.....	Apd A/1
APÊNDICE B – ENTREVISTA TIPO.....	Apd B/1
APÊNDICE C – RESULTADOS ESTATÍSTICOS.....	Apd C/1
APÊNDICE D - RESULTADOS GLOBAIS NAS ÁREAS DO APOIO SOCIAL.....	Apd D/1
APÊNCICE E – AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO.....	Apd E/1



ÍNDICE FIGURAS

Fig. 1- Estrutura da DASP	12
Fig. 2 - Informação Disponível na Saúde.....	31
Fig. 3 - Informação Disponível na Educação	32
Fig. 4 - Informação Disponível na Habitação	32
Fig. 5 - Informação Disponível na Cultura/Ocupação Tempos Livres	32

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Relação dos Militares do Questionário	25
Quadro 2 - Distribuição por Posto	26
Quadro 3 - Respostas no âmbito da Saúde	30
Quadro 4 - Respostas no âmbito da Educação	30
Quadro 5 - Respostas no âmbito da Habitação	31
Quadro 6 - Respostas no âmbito Cultura/Ocupação T Livres.....	31
Quadro 7 - Caracterização das Facilidades de Acesso aos Serviços de Apoio.....	33
Quadro 8 - Utilização dos Serviços de Saúde.....	33
Quadro 9 - Utilização dos serviços de Educação.....	34
Quadro 10 - Utilização dos Serviços de Habitação	34
Quadro 11 - Utilização dos Serviços Cultura/Ocupação T Livres	34
Quadro 12 - Avaliação Saúde	35
Quadro 13 - Avaliação Educação	35
Quadro 14 - Avaliação Habitação	35
Quadro 15 - Avaliação Cultura/Ocupação T Livres.....	35

ÍNDICE DE APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário.....	Apd A/1
APÊNDICE B – Entrevista Tipo.....	Apd B/1
APÊNDICE C – Resultados Estatísticos.....	Apd C/1
APÊNDICE D – Resultados Globais na Área do Apoio Social.....	Apd D/1
APÊNDICE E – Avaliação do Questionário.....	Apd E/1



INTRODUÇÃO

O Trabalho Individual de Longa Duração (TILD), contemplado na programação do Curso de Estado Maior (CEM), "(...) é um trabalho de investigação que visa, fundamentalmente, a aplicação do saber existente à solução de um problema concreto(...)"¹. Assim, optámos por abordar o apoio social no Exército, não só pela sua actualidade, mas sobretudo pela sua importância. A análise do tema em causa representa um duplo desafio. Primeiro, porque permitiu estudar uma área incipientemente abordada. Segundo, porque ao determinarmos o grau de satisfação dos Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente (QP) no activo, estamos a contribuir para que os órgãos com responsabilidades no apoio social do Exército possam melhorar a sua actuação.

Nunca como hoje o apoio social foi tão relevante. É "um bem" fundamental, comum a todo o ser humano e, afigura-se, cada vez mais vital.

A Constituição da República Portuguesa estabelece a promoção, o bem estar e a qualidade de vida do povo, sendo responsabilidade das organizações a sua promoção junto dos respectivos quadros (Barata, 2002).

Os militares integrados que estão na actual sociedade têm direito a usufruir dos direitos sociais previstos nos diversos diplomas legais, dos quais se destacam: a Constituição da República, a Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas, a Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar e o Estatuto dos Militares das Forças Armadas. As particularidades e a caracterização geral da condição militar, obrigam ao cumprimento de deveres especiais, beneficiando, por isso, de direitos suplementares (Santos,2000).

Por outro lado, a dinâmica e o impacto da globalização originaram alterações radicais no actual modo de vida, na harmonia das relações sociais, que conduziram inexoravelmente à necessidade de um qualquer apoio em qualquer fase da vida.

Assim, garantir o apoio é essencial, para que o militar não seja encarado como mais um recurso, mas, pelo contrário, se sinta motivado, realizado, que percepcione que estão alcançadas todas as condições necessárias ao bem-estar e aumento da sua qualidade de vida e da família. A organização deve, neste contexto, ter consciência de que é realizando os seus colaboradores que se realiza a ela própria, sendo nessa dinâmica que atinge os objectivos para os quais foi criada (Barata,2002).

¹ Folha Avançada da Direcção do CEM.



Definição do Objectivo da Investigação

Face ao tema “A realidade do Apoio Social no Exército. Perspectivas de futuro”, pretende dar-se um contributo para o conhecimento do sub-sistema de apoio social no Exército. Percepcionar a forma como o apoio social é sentido pelos Oficiais e Sargentos, mediante a avaliação do grau de satisfação em quatro grandes áreas de apoio, e conhecer a forma de actuação dos serviços de apoio social do Exército e as suas implicações na vida dos Oficiais e Sargentos.

Assim, propomo-nos investigar se a forma de actuação dos serviços de apoio corresponde às expectativas e necessidades dos Oficiais e Sargentos. Determinar se os serviços, os equipamentos, os meios e infra-estruturas estão preparados e se respondem com eficácia e eficiência às solicitações dos utentes. Em suma, determinar de que forma a Instituição Militar corresponde às solicitações no âmbito do apoio social, é o que nos propomos investigar.

Para isso, pretendemos determinar o grau de satisfação dos Oficiais e Sargentos, como utentes dos serviços de apoio social do Exército; o grau de informação relativo aos serviços prestados, a adequação dos meios e de infra-estruturas disponíveis para o apoio. Pretendemos, ainda, analisar as ligações funcionais existentes entre as diversas entidades com responsabilidades no apoio social.

Importância do Estudo

Nunca, como hoje, o apoio social foi tão relevante. A garantia do mesmo, é essencial, para que o militar não seja encarado como mais um recurso, mas, pelo contrário, se sinta motivado, realizado, que percepcione que estão alcançadas todas as condições necessárias ao bem-estar pessoal e familiar.

Assim, urge garantir um eficaz e eficiente sistema de apoio que garanta o previsto nas diversas leis e regulamentos, assegurando condições dignas para o militar e respectiva família.

O apoio social tem repercussão directa ou indirecta na vida das pessoas. Quem nunca necessitou do apoio social?. Não será fácil responder, porém, mesmo quem não tenha recorrido, poderá, no futuro, ter necessidade de vir a fazê-lo. Assim, a importância deste estudo é equivalente à necessidade da sua existência, ou seja, é fundamental a sua aplicação. O apoio terá que ser desenvolvido não só numa



perspectiva de garantir um maior respeito e dignidade a quem jurou defender a pátria, se necessário com a própria vida, mas também, salvaguardando os factores associados à especificidade da vida militar, em especial, aqueles que afectam a vida familiar. Por outro lado, podemos e devemos encarar o apoio social como uma forma de complementar e, indirectamente, de aumentar o salário dos militares.

Delimitação do Estudo

O tema do apoio social é vasto e de contornos pouco definidos. Esta área assume, presentemente, um âmbito diversificado e subjectivo, que em nada facilitam o seu estudo, razão pela qual optamos por abordá-lo, numa perspectiva de um conjunto de benefícios e regalias tendentes a aumentar o moral, bem estar e a qualidade de vida dos Oficiais e Sargentos do QP no activo, e respectivas famílias, nas áreas de: saúde, educação, habitação e cultura/ocupação dos tempos livres. Neste sentido, delimitamos o nosso estudo à DASP, por ser o órgão de excelência na execução do apoio social do Exército, interessando por isso conhecer a sua forma de actuação. Limitamos o estudo aos Oficiais e Sargentos do QP no activo, por considerarmos serem estas as categorias de maior interesse nas quatro áreas estudadas.

Definição de Termos

Neste trabalho, serão utilizados termos e conceitos que importa, desde já, definir.

Acção Social – “O sistema de acção social tem por objectivo a realização de uma pluralidade de funções, nomeadamente as de prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, dependência e exclusão social, da melhoria da qualidade de vida e da máxima utilização do potencial das capacidades individuais na acção sobre o meio natural e social. O seu financiamento supõe um princípio de socialização de responsabilidades: o sub-sistema publico apoia-se na responsabilidade de toda a colectividade nacional, sendo financiado pelo Estado, pela via da fiscalidade; o sub-sistema privado apoia-se na responsabilidade das pessoas, grupos e comunidades e o seu financiamento é assegurado pelos recursos próprios das respectivas instituições, sem prejuízo de participações financeiras do Estado” (Barata, 20002, 2-1).



Apoio Social - Segundo a definição adoptada pelo Coronel Branco "Conjunto de normas, meios e actividades com o fim de proporcionar aos cidadãos a possibilidade de usufruírem dos seus direitos sociais." (Branco,1990,A-1). A qual no nosso entender poderá ser adaptada a "Conjunto de normas, meios e actividades com o fim de proporcionar aos cidadãos um aumento da qualidade de vida, do moral e do bem estar".

Acção Social Complementar² – A acção social complementar integra o conjunto de esquemas complementares de protecção social dos funcionários e agentes da Administração Pública que se destinem à prevenção, redução ou resolução de problemas decorrentes da sua situação laboral, pessoal ou familiar que não sejam atendíveis através dos regimes gerais de protecção social.

Benefícios – "Conjunto de recompensas com importante função social no apoio ao militar e aos seus familiares" (Santos, 2000,7).

Bem Estar – "A Constituição da República Portuguesa consagra um modelo de Estado vinculado pela prossecução do bem-estar. Esta cláusula assenta na criação e efectivação de condições sociais e económicas que permitem a progressiva melhoria da qualidade de vida das pessoas e, ao mesmo tempo, na criação e efectivação de condições políticas, culturais e ambientais conducentes ao pleno desenvolvimento da pessoa enquanto cidadão, em termos individuais e sociais.

Não obstante o Estado de bem-estar envolver intervencionismo público, deve prevalecer o princípio da subsidiariedade, ou seja, a intervenção directa do Estado tem um carácter supletivo, visando suprir casos de inércia ou desinteresse da sociedade organizada" (Barata, 2002,2-1).

Sistema – "Um sistema pode definir-se como: Um conjunto de elementos, partes ou órgãos componentes do sistema, isto é, os sub-sistemas; dinamicamente inter-relacionados, formando uma rede de comunicações e relações, em função da dependência recíproca entre eles; desenvolvendo uma actividade ou função que é a operação, actividade ou processo do sistema; para atingir um ou mais objectivos ou propósitos que constituem a própria finalidade para a qual o sistema foi criado.

Em função destas quatro características, o sistema funciona como um todo organizado logicamente. Numa perspectiva sistémica, queremos referir-nos a esse

² Art.º 1 do Decreto Lei n.º 194/91 de 25 de Maio.



funcionamento global, total e integrado no qual o todo é maior (ou diferente) do que a soma das partes.

Para poder funcionar, todo o sistema apresenta os seguintes parâmetros: entradas; operação ou processamento; saídas; retroacção e entropia” (Teixeira,1998,22).

Qualidade de Vida – “Conceito subjectivo, cuja realização aparece normalmente associada à liquidez financeira, ao progresso e à abundância de bens materiais, mas que pode também aparecer ligado à concretização de valores imateriais, como a cultura e os princípios (desprendimento do ter e opção pelo ser). A sua percepção por parte dos indivíduos varia em função de múltiplos factores, dependendo do tempo, lugar, tipo de sociedade e das características ou ambições pessoais” (Barata, 2002, 2-1).

Motivação – “Motivação é o processo pelo qual um agente consciente atribui a si próprio motivos, razões, para empreender uma acção deliberada e voluntária. Um motivo é um móbil de natureza intelectual simultaneamente composto de sentimentos, de impulsos e de tendências preexistentes no temperamento.

Toda a acção livre e voluntária assenta numa motivação mais ou menos consciente. São as razões que atribuímos a nós próprios para agir” (Barata,2002, 2-1).

Órgão – “Elemento de uma pessoa colectiva que exprime a vontade juridicamente imputável a essa pessoa colectiva” (Código do Procedimento Administrativo. O Código de A a V).

Avaliação do Desempenho – “Consiste na comparação dos padrões com as realizações, ou seja, no cálculo dos desvios, verificando se os níveis de tolerância foram ou não ultrapassados” (Teixeira, 1998, 184). Pode ser resumido como o conjunto de objectivos atingidos pelo indivíduo no trabalho e a forma como os atinge (Barata, 2002).

Moral – “A atitude ou predisposição do indivíduo perante as funções ou tarefas que lhe são exigidas ou atribuídas pelo grupo de que faz parte, e que são determinadas por factores tão díspares como a confiança no sucesso, o orgulho na conquista, a fé na liderança, o valor da recompensa e a devoção e lealdade para com os restantes elementos do grupo” (Santos, 2000, 3).

Eficácia – “É a medida em que os outputs produzidos pelo processo se aproximam dos objectivos propostos. Isto é, quanto menores forem os desvios entre o planeado e o realizado maior é o grau de eficácia” (Teixeira, 1998, 7).



Eficiência – “É a relação proporcional entre a qualidade e a quantidade de inputs e a qualidade e quantidade de outputs produzidos. Assim, quanto maior for o volume de produção conseguido com o mínimo de factores produtivos, maior é o grau de eficiência” (Teixeira, 1998, 7).

Metodologia

O método da investigação iniciou-se, efectuando uma pesquisa bibliográfica e documental sobre o tema. Definimos, em seguida, a questão central que guiou a investigação. Seguimos sobretudo uma metodologia quantitativa, tendo escolhido o questionário como instrumento de observação. Como complemento deste instrumento, realizámos entrevistas e efectuámos observação directa.

A questão central levantada foi: Os Serviços de apoio social do Exército nas áreas da Saúde, Educação, Habitação e Cultura e Ocupação dos Tempos Livres são os adequados para um eficaz e eficiente apoio aos Oficiais e Sargentos do QP no activo e respectivas famílias, reflectindo-se os mesmos no grau de satisfação manifestado por esses Oficiais e Sargentos do QP no activo.

Como questões derivadas consideramos:

- De que forma as actuais práticas no Exército, relacionadas com o apoio social, correspondem às necessidades e expectativas dos Oficiais e Sargentos ?
- De que forma o grau de informação sobre o apoio social do Exército se relaciona com a concretização dos apoios nas áreas da saúde, educação, habitação e Cultura/Ocupação dos tempos livres ?

Levantamos como hipóteses gerais de trabalho as seguintes:

- Existem diferenças no grau de satisfação dos Oficiais e Sargentos do QP no activo quanto ao desempenho dos serviços de apoio social nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres;
- Existem diferenças quanto ao apoio social prestado aos militares que prestam serviço em Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos (U/E/O) inseridas em grandes centros urbanos, comparativamente aos que prestam serviço em U/E/O localizadas fora desses grandes centros urbanos;



- A utilização dos serviços de apoio pelos Oficiais e Sargentos nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres é directamente proporcional ao grau de informação sobre os mesmos;
- A idade e constituição do agregado familiar é directamente proporcional à valorização das áreas de apoio social da habitação e educação ;
- A informação sobre os serviços de apoio é directamente proporcional à idade e ao posto;
- A situação de colocado ou deslocado influencia o grau de satisfação com os serviços de apoio nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres;
- Existem diferenças relativamente ao grau de informação possuído por Oficiais e Sargentos no âmbito dos vários serviços do apoio social.

Organização e Conteúdo do Estudo

O presente trabalho é dividido em Introdução, Revisão da Literatura, Execução Prática do Apoio Social, Conclusões e Proposta.

No primeiro capítulo executamos a revisão da literatura que inclui: um enquadramento conceptual onde se aborda de forma sucinta a política nacional de apoio social. Posteriormente, analisamos, com base na teoria dos sistemas e da administração das organizações, os órgãos governamentais com responsabilidades de planeamento e execução do apoio social das Forças Armadas (MDN e IASFA). De igual modo, são analisados a nível do Exército, nos diferentes níveis organizacionais, os órgãos e serviços com responsabilidades no planeamento e execução do apoio social. Posteriormente, abordamos o apoio social nos outros ramos das Forças Armadas e de outros Exércitos. Finalizaremos, com uma referência a trabalhos anteriores na área do apoio social nas Forças Armadas.

No segundo capítulo, começamos por apresentar o método seguido na investigação e o instrumento que construímos para recolha de dados, para, em seguida, apresentar os resultados.

Iremos, também, analisar a actividade da DASP e perspectivar a execução do apoio social em termos futuros. Apresentamos, no final, as conclusões derivadas da investigação efectuada no sentido de responder à questão central e questões derivadas e, para além das conclusões, recomendações sob a forma de proposta.



I. REVISÃO DE LITERATURA

I.1. Enquadramento Conceptual

I.1.1. Política Nacional de Apoio Social

A Constituição da República estabelece que todos têm direito à segurança social, pelo que é definido um sistema tendencialmente abrangente e universal, por forma a garantir protecção aos cidadãos na doença, velhice, invalidez, orfandade e outras eventualidades sociais que possam por em causa a subsistência ou capacidade para o trabalho. É tarefa fundamental do Estado a promoção do bem-estar e a qualidade de vida do povo. Nesta perspectiva, os governos nos seus programas, prevêm medidas no âmbito do apoio social concorrentes para o progresso e o bem estar social.

O actual governo preconiza que “(...)o social não é um custo para a nação mas, sim, um verdadeiro activo ou recurso para uma sociedade equilibrada entre direitos e deveres, menos dependente e mais solidária”.³

Por outro lado, a evolução das políticas de apoio social conduzirão a que cada vez mais as responsabilidades nesta área sejam divididas, a tendência será no sentido de “(...)contribuir para uma sociedade com maiores responsabilidades sociais, pugnar pelo incremento e implantação de uma cultura de partilha de riscos e assim concorrer para a realização da justiça social(...)”.⁴

Em moldes semelhantes ao de diversos países, também Portugal procura ampliar e diversificar o sistema de segurança social com recurso a esquemas alternativos. Nesse sentido a proposta do Governo⁵ consagra “(...) um sistema de segurança social que compreende o sistema público, o sistema de acção social e o sistema complementar. O sistema de natureza pública integra o sub-sistema previdencial de base estritamente contributiva, com uma tendência universal para abarcar todos os regimes especiais e o sub-sistema de solidariedade de base não contributiva, separando com nitidez a função relativa à gestão de poupanças e a função inerente à redistribuição social. O sistema complementar que esta proposta de lei consagra e responsabiliza será concretizado através de regimes legais, contratuais e esquemas

³ Proposta de Lei n.º20 /IX de 04/07/2002.

⁴ Proposta de Lei n.º20 /IX de 04/07/2002.

⁵ Proposta de Lei n.º20 /IX de 04/07/2002.



facultativos, procurando conjugar a equidade social intergeracional e a eficácia macro-económica com a gestão da poupança e a eficácia social”.

I.1.2. Órgãos Governamentais com responsabilidades no Apoio Social

O Governo é o órgão de condução da Política de Defesa Nacional e órgão superior da administração das Forças Armadas. No actual programa do Governo e no âmbito do reforço da justiça social estão previstas medidas relativas a: saúde, segurança social, igualdade, família, juventude entre outras.

No âmbito da Defesa Nacional estão previstas, entre outras, medidas no sentido de garantir o apoio à mobilidade geográfica dos militares em função das necessidades operacionais das Forças Armadas.

Neste sentido, o Ministério da Defesa Nacional (MDN) como órgão governamental é o responsável, não só pela execução da política de Defesa Nacional no âmbito das atribuições que lhe são conferidas pela Lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA), como também pela administração das Forças Armadas e dos órgãos e serviços que o integram.

De entre as atribuições do MDN⁶ destaca-se, no âmbito do apoio social a definição, execução e coordenação das políticas de recursos humanos, materiais e financeiros. A consecução dessas políticas é cometida à Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM), que tem como missão – Promover a adequação qualitativa e quantitativa dos Recursos Humanos (RHs) da Defesa Nacional. Em especial, contribuir para a definição e desenvolvimento da política social, no âmbito dos sistemas de saúde e segurança social. Destacam-se, como objectivos estratégicos na área do apoio social: Promover o aperfeiçoamento do Sistema de Saúde Militar e o fomento do Bem-Estar Social dos RHs das Forças Armadas.

Na DGPRM, para além de outros serviços⁷, existe a Direcção de Serviços de Saúde e Assuntos Sociais (DSSAS), integrando uma Divisão de Assuntos Sociais (DAS) a quem compete: Promover e participar no estudo de medidas tendentes à harmonização do sistema de assistência na doença aos militares e coordenar a sua execução, no âmbito do órgão previsto em diploma próprio; Coordenar estudos de aperfeiçoamento dos regimes geral e complementar de segurança social do pessoal

⁶ Artigo 2.º do Decreto-lei n.º47/93 de 26 de Fevereiro.

⁷ Decreto – Regulamentar n. 04/2002 de 05 de Fevereiro.



das FA; Dinamizar a adopção de medidas de carácter social relativas aos militares e seus agregados familiares; Coordenar estudos relativos a prestações sociais, pensões e complementos de pensão de reforma dos militares dos quadros permanentes; Promover a coordenação do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e Alcoolismo nas FA; Colaborar no estudo de medidas que facilitem a reinserção sócio-profissional dos militares do QP na vida civil, em articulação com outros departamentos ministeriais.

Como órgão de excelência para a execução do apoio social no MDN, destaca-se o Instituto de Acção Social das Forças Armadas (IASFA). Este instituto é uma instituição de interesse público que desenvolve a sua actividade integrado no MDN, dotado de autonomia administrativa e financeira.

Nos termos dos respectivos estatutos⁸, exerce a sua actividade no âmbito dos ramos das Forças Armadas, assegurando aos militares e famílias prestações no campo da acção social complementar.

Constitui objectivo fundamental do IASFA desenvolver acções de promoção do bem-estar social dos seus beneficiários.

Os princípios que norteiam a actuação deste instituto são: a uniformização e generalização – a beneficiários que se encontrem em idêntica situação de carência correspondem iguais prestações; adequação - através de respostas oportunas e eficazes, de forma personalizada e flexível, de acordo com as disponibilidades financeiras; priorização - definição de prioridades de respostas às carências, tendo em conta a maior urgência, os menores recursos ou os maiores encargos familiares; não cumulação - excepto as excepções, assegurar a não cumulação das prestações do IASFA, com outras de idêntica natureza ou finalidade.

O IASFA, integra numa única entidade o Cofre de Previdência das Forças Armadas e os Centros de Apoio Social (CAS) de Runa, Oeiras e Alfeite, e tem uma estrutura perfeitamente definida no seu estatuto.

A Acção Social do IASFA visa, designadamente, garantir as seguintes prestações: apoio a idosos e a deficientes; apoio a jovens estudantes e a crianças; apoio à habitação; apoio sócio-económico em situação gravosas e urgentes; actividades ocupacionais e de animação sócio-cultural; alojamento temporário e fornecimento de alimentação; apoio sanitário ao nível dos cuidados básicos de saúde.

⁸ Decreto –Lei n.º 284/95.



Para concretizar estas acções sociais o IASFA utiliza os seguintes meios: equipamentos sociais(centros de apoio social e centros de repouso)⁹; apoio sanitário; participação financeira.

No apoio à habitação a acção do IASFA concretiza-se através da promoção do arrendamento social e da promoção da construção de fogos de habitação económica e da sua aquisição pelos beneficiários.

As receitas do IASFA são constituídas, essencialmente, de dotações atribuídas pelo MDN, das quotas pagas pelos beneficiários e das importâncias cobradas por serviços prestados, incluindo as resultantes do arrendamento de imóveis.

I.2. O Apoio Social no Exército

I.2.1. Órgãos com responsabilidades no Apoio Social no Exército

O Estado - Maior do Exército (EME) constitui o órgão de planeamento e apoio à decisão do Chefe do Estado – Maior do Exército (CEME)¹⁰.

No âmbito do apoio social a responsabilidade pelo planeamento é da Divisão de Pessoal , através da sua Repartição de Justiça e Disciplina, Moral e Bem-Estar, à qual incumbe na área do apoio social, estudar, planear e propor normas orientadoras das actividades referentes ao moral e bem-estar do pessoal, incluindo as relativas a remuneração, a assistência religiosa e ao apoio social, cultural e recreativo.

O Comando de Pessoal, na directa dependência do CEME é um órgão central de administração e direcção, com carácter funcional, que visa assegurar a superintendência e execução em áreas ou actividades específicas essenciais. No âmbito do apoio social tem como tarefa a coordenação com outros comandos, em conformidade com as normas técnicas relativas ao moral e bem-estar, apoio social e assistência religiosa do pessoal.

Integrada no Comando de Pessoal e como órgão por excelência de execução no âmbito do apoio social está a Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal (DASP), que iremos abordar em pormenor mais à frente.

⁹ Centro de Repouso de Porto Santo, Centro de Apoio Social do Alfeite, Centro de Apoio Social de Runa, Centro Social de Oeiras, Centro de Apoio Social de Braga, Centro de Apoio Social do Porto, Centro Social de Coimbra, Centro de Apoio Social de Tomar, Centro de Apoio Social de Évora.

¹⁰ Decreto Regulamentar n.º 43/94 de 2 de Setembro.



Na dependência funcional do Comando de Pessoal encontram-se, entre outros, os museus militares e a Banda do Exército, entidades que indirectamente poderão contribuir para o apoio social dos militares e famílias.

O Comando da Logística assegura as actividades do Exército no domínio da administração dos recursos materiais e financeiros, de acordo com os planos e directivas superiores.

Integrados no Comando da Logística encontram-se os seguintes órgãos com responsabilidades no apoio social: Direcção dos Serviços de Saúde, Direcção dos Serviços de Finanças e a Direcção dos Serviços de Engenharia.

Na dependência funcional e com responsabilidades no âmbito do apoio social encontram-se: As Messes do Exército e os Hospitais Militares.

I.2.2. A Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal

A esta direcção incumbe propor, dirigir e coordenar a execução das actividades desenvolvidas no âmbito do apoio social, assistência religiosa, moral e bem-estar do pessoal militar e civil do Exército. Em seguida apresentamos o seu organigrama:

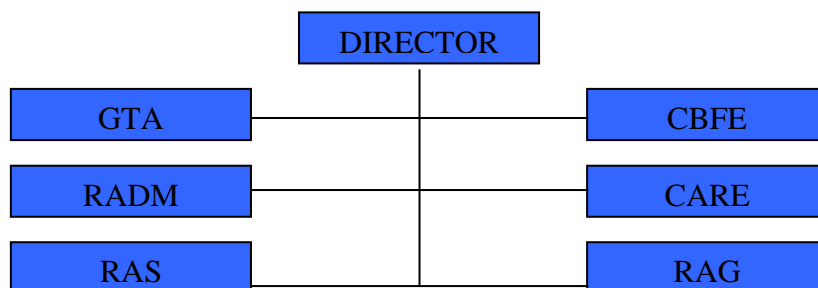


Fig. 1- Estrutura da DASP

À Repartição de Apoio Social, incumbe desenvolver programas de apoio social e coordenar a utilização dos diversos órgãos e estabelecimentos do Exército e das Forças Armadas em missões de apoio social, com vista ao seu eficiente aproveitamento; coordenar e supervisionar as actividades respeitantes à assistência aos familiares dos militares e civis do Exército falecidos; promover e coordenar o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e de ocupação de tempos livres; propor e acompanhar a execução das medidas conducentes ao desenvolvimento e manutenção do moral e bem estar no âmbito das remunerações,



pensões, alojamento e transportes, minimizando situações de natureza psicológica que afectem negativamente o pessoal do Exército; acompanhar e intervir, em coordenação com a Direcção de Serviços de Finanças, na proposta de orientação e no estabelecimento de protocolos com instituições de apoio social civis, no âmbito da Assistência na Doença aos Militares do Exército (ADME); colaborar na elaboração de propostas de regulamentos, manuais e instruções relativas aos assuntos do seu âmbito.

São áreas específicas de actuação desta repartição o acompanhamento da execução de protocolos firmados entre o Exército e outras entidades; a elaboração de propostas a submeter a outros órgãos e entidades com vista à consecução de vantagens para a família militar; a elaboração de propostas com vista ao apoio de serviços de pessoal às Forças Nacionais Destacadas (FND's) em missões de cooperação e apoio à paz fora do território nacional; a avaliação do apoio psicológico e psico-sociológico aos militares que integram missões Internacionais e o apoio à criação de clubes militares.

I.3. O Apoio Social dos Outros Ramos

I.3.1. O Apoio Social na Marinha

A Lei Orgânica da Marinha¹¹ e o Decreto Regulamentar n.º 22/94, de 01 de Setembro garantem o enquadramento legal do apoio social na Marinha. Esta legislação estabelece as atribuições, competências e organização do ramo nesta área. Conforme preceituado nesses documentos, é atribuída à Superintendência dos Serviços de Pessoal, como órgão central de administração e direcção a responsabilidade de promover o bem estar e assegurar o apoio social, através da Direcção de Apoio Social (DAS).

No âmbito do planeamento é atribuída a responsabilidade na área do apoio social à Divisão de Pessoal e Organização.

A DAS integra na sua estrutura, um Gabinete de Apoio ao Director, a Repartição de Assistência na Doença aos Militares (ADMA), a Repartição de Apoio Social (RAS), os Serviços Administrativos e Financeiros, os Serviços de Apoio Geral e a Casa do Militar da Armada.

¹¹ Decreto-Lei n.º 49/93 de 26 de Fevereiro.



No âmbito do apoio social salientam-se pela sua acção a ADMA e a RAS. Poder-se-á afirmar que a actividade relativa ao apoio social é em grande parte com o apoio à saúde.

Os serviços que integram a RAS são: apoio à família, através do qual é concedido apoio aos familiares quando da morte de militares; apoio jurídico, através de um jurista do quadro orgânico (QO) da DAS, para esclarecimento, encaminhamento ou resolução de situações colocadas pelos militares ou respectivas famílias; transportes, é disponibilizada uma viatura para apoio a mudança de residência; controlo de fardamento, serviço que controla a requisição de fardamentos; participações escolares, atribuição de subsídios de educação especial; Lazer, esta secção garante o apoio à utilização dos tempos livres; assistência social, através da qual é garantida assistência social aos beneficiários por meio de consultas de orientação, visitas domiciliárias, este serviço é prestado por uma assistente social; aquisições a crédito, onde é dado apoio para aquisições a crédito no centro comercial das OGFE; Gabinete de Apoio aos Familiares dos Militares em Missão no Exterior, por forma a dar resposta as solicitações das famílias.

I.3.2. O Apoio Social na Força Aérea

A Lei Orgânica da Força Aérea¹² e os Decretos Regulamentares n.º 50 e 51 de 03 de Setembro de 1994, garantem o enquadramento legal do apoio social na Força Aérea. Assim, no âmbito desta legislação é atribuída à 1ª Divisão – Pessoal, entre outras, a responsabilidade na elaboração de estudos e propostas no âmbito das retribuições e das prestações sociais.

Ao Comando de Pessoal da Força Aérea (CPESFA), como órgão central de administração e direcção, incumbe, no âmbito do apoio social, a prestação de assistência social e a promoção do bem-estar do pessoal, através do Serviço de Acção Social (SAS).

O SAS tem como missão a promoção do bem-estar social e assegurar o apoio social do pessoal da Força Aérea de acordo com os normativos em vigor. Integram este serviço as Secções de Análise e Programação e a de Atendimento. À primeira, incumbe, no seu âmbito, exercer as seguintes competências: programar a acção social na Força Aérea, promover e acompanhar a execução dos programas;

¹² Decreto Lei n. 51/93 de 26 de Fevereiro.



ministrar cursos de formação e prevenção no âmbito social; elaborar estudos sobre o bem-estar e a ocupação dos tempos livres; estabelecer contactos com as unidades e órgãos da Força Aérea, tendo em vista o desenvolvimento de acções de natureza social e o apoio técnico dos Gabinetes de Acção Social (GAS); propor a frequência de cursos e a inscrição em congressos e reuniões de estudo e debate nos domínios da assistência social; promover a formação do pessoal do SAS e dos GAS no âmbito das técnicas de acção social; estudar e divulgar a legislação social com interesse para o pessoal militar e civil; dar pareceres, elaborar relatórios e apresentar propostas e recomendações; colaborar em actividades culturais, desportivas e outras de ocupação de tempos livres. À Secção de atendimento compete: propor as medidas tendentes a dar solução a situações e condições sociais e psicológicas com efeito negativo na missão; coordenar a assistência aos familiares dos militares e civis da Força Aérea falecidos; apoiar o pessoal da Força Aérea na resolução de casos e processamento dos direitos sociais a que tenha acesso, dar pareceres, elaborar relatórios e apresentar propostas e recomendações.

Para a efectivação do apoio social à generalidade do universo da Força Aérea o SAS estende-se a todos os órgãos e Unidades através dos GAS das Unidades. Estes gabinetes são órgãos de apoio directo do Comandante do qual dependem e têm atribuições semelhantes às do SAS.

As actividades do SAS desenvolvem-se em torno de quatro grandes áreas:

- acções de coordenação, com os diversos GAS e visitas de inspecção às Unidades;
- apoio social, área que engloba essencialmente o atendimento personalizado, a divulgação de informação útil e o estudo de situações consideradas críticas;
- bem-estar social, um conjunto de iniciativas destinadas aos militares, civis e familiares, destacando-se os campos de férias para os filhos dos militares e civis;
- prevenção da toxicodependência.



I.4. O Apoio Social de outros Exércitos

I.4.1. Espanha

O Ministério da Defesa Espanhol, através da Subsecretaria da Defesa, garante a coordenação, direcção e controlo das políticas de apoio social.

A Subsecretaria da Defesa é o principal órgão superior, cuja função é coordenar e controlar a política no âmbito do apoio social ao nível departamental e dos seus organismos autónomos. Das suas atribuições, destaque para, a coordenação da aplicação dos planos aprovados, a aprovação normativa das matérias de âmbito do apoio social referente aos militares e civis do Ministério da Defesa e a aprovação dos planos anuais de acção social. Na sua dependência orgânica e funcional, encontram-se, entre outras, a Direcção Geral de Pessoal (DGP).

A Subdirecção Geral de Pessoal Militar, depende orgânica e funcionalmente da DGP, é o órgão por excelência do apoio social dos militares espanhóis, sendo responsável por elaborar, propor e dirigir a política de acção social.

Integrados também na Subsecretaria da Defesa, e da qual dependem orgânica e funcionalmente, estão o Instituto Social das Forças Armadas (ISFAS) e o Instituto para a Vivenda das Forças Armadas (INVIFAS). O primeiro, é um organismo com personalidade jurídica pública diferenciada, com património, tesouraria própria e autonomia de gestão, sendo o órgão gestor do Regime Especial de Segurança Social. A sua missão é proporcionar ao pessoal enquadrado nas Forças Armadas e seus familiares protecção na saúde e em outros estados de necessidade, mediante as correspondentes prestações. Dispõe de 55 delegações: 10 regionais, 7 especiais e 38 provinciais.

Relativamente ao INVIFAS, é um órgão autónomo, sendo a responsabilidade da sua gestão atribuída ao seu Director Geral, que é nomeado por proposta do Ministro da Defesa. Actualmente está implantado em todo o território Espanhol e conta com 29 delegações. As actividades deste órgão estão dirigidas para a consecução do apoio à mobilidade geográfica dos membros das Forças Armadas, e das quais se destaca, a gestão racional do parque habitacional das Forças Armadas.

Ao nível Exército é elaborado anualmente em conformidade com as orientações da Subsecretaria da Defesa o Plano de Acção Social. No plano deverão figurar os objectivos específicos a atingir, os orçamentos, os programas e actividades



concretas a desenvolver. O órgão responsável pela sua elaboração é o Comando de Pessoal. A este comando compete a direcção, inspecção e coordenação em matérias de acção social aplicável aos militares do Exército.

A Direcção de Assistência de Pessoal - na dependência directa do Comando de Pessoal e na dependência funcional da DGP em matérias do âmbito social - é responsável pela gestão e assistência social e sanitária de todos os membros do Exército.

As actividades de maior relevo na área do apoio social e com reflexos no bem estar social são:

- Subsídios a orfanatos;
- Subsídios a instituições de carácter social relacionadas com as Forças Armadas, mas não dependentes do Ministério da Defesa;
- Ajuda a incapacitados;
- Apoio escolar, participações para custar os gastos com a educação dos filhos dos militares;
- Apoio na saúde;
- Residências para estudantes;
- Subsídios para actividades desportivas;
- Organização de actividades socioculturais;
- Apoio nas férias dos militares;
- Centros desportivos e culturais militares;
- Ajudas para fomentar o estudo de línguas estrangeiras.

No apoio aos deslocados, destacam-se as seguintes actividades: alojamento temporário, apoio na procura de habitação e de colégios, nas mudança de mobília. Na área do apoio à família do lazer e cultura, são proporcionadas as seguintes actividades: residências de descanso, apartamentos de praia e montanha, viagens turísticas, clubes sociais, desportivos e culturais, acampamentos de verão em Espanha e no Estrangeiro. No âmbito da habitação, apoio através de empréstimos e na criação de cooperativas de habitação (Silveira, 2000).



I.4.2. Reino Unido

“To generate and maintain modern, joint, battle winning forces, by placing Service personnel and their families at the centre of our plans, investing in them and giving them confidence in their future”¹³.

Os objectivos estratégicos orientadores da política de pessoal, subjacentes à ideia acima expressa, conduzem a uma filosofia¹³ de actuação substancialmente diferente da nossa.

Os ramos das Forças Armadas orientam-se em matéria de apoio social por Planos de Acção, definidos pelo Ministério da Defesa, por forma a alcançar os objectivos superiormente definidos.

O Exército do Reino Unido (RU) acredita que a estabilidade da vida familiar é de extrema importância para o bem estar dos militares e, por isso, os seus cônjuges são incentivados a acompanhá-los, inclusive em missões no estrangeiro. O Exército também reconhece que a vida militar implica um apoio específico para o militar e famílias, sendo um sinal claro desse facto as políticas no campo da habitação, da educação, da saúde e da ocupação dos tempos livres.

“Embora existam órgãos na estrutura das Forças Armadas com responsabilidade nesta área, a sua função é mais de coordenação do que de direcção havendo uma grande tradição nas FA britânicas de organismos/associações/ligas/clubes que tratam dos assuntos ligados ao apoio social” (CEM 98/2000, 9).

O apoio social do Exército do RU assenta em duas vertentes essenciais e diferenciadas, uma institucional e outra não institucional.

Assim, em termos de Exército do RU destaque para os seguintes órgãos com responsabilidade no apoio social: Army Welfare Service (AWS) - Serviço de Assistência Social do Exército - cujo objectivo é prestar um serviço de assistência social abrangente, profissional e confidencial que dê resposta às necessidades dos militares e das respectivas famílias, de modo a maximizar a eficiência operacional. O serviço é chefiado por um Coronel, que é responsável pelo comando e controlo do AWS no RU e das Forças Britânicas na Alemanha. O Coronel AWS detém responsabilidades administrativas nas seguintes áreas: Bureau de Aconselhamento

¹³ “One of the key recommendations of the ‘Policy for People’ was that the Ministry of Defence should develop an Armed Forces Overarching Personnel Strategy with an associated Action Plan, into which the single Services’ personnel strategies would then be linked” conforme <http://www.mod.uk/issues/afops/index.htm> em 06 de Novembro de 2002.



às Famílias do Exército (AFAB), Centro de Serviço Cotswold (Alojamento temporário e para férias), Gabinete de Serviços de Habitação e Aconselhamento e os centros de informação geral designados por "HIVE".

Outro aspecto a salientar é o de que o nível de apoio geral oferecido pelo Exército é diferente de local para local.

Outra particularidade, é a de se esperar, que as famílias utilizem as estruturas disponibilizadas à comunidade civil, tais como, médicos, dentistas, escolas e serviços sociais.

Ainda em termos institucionais, destaque para: o Adjudant General (Ajudante General), que tem a responsabilidade da coordenação do apoio social; o Army Personnel Centre, responsável pela gestão de carreiras e pelo registo e tratamento das remunerações e das pensões; o Army Legal Services, garante apoio jurídico aos militares e o Medical Services, que garante apoio médico.

Relativamente a organismos exteriores à instituição militar, destaque para: a Army Families Federation (AFF) - Federação de Famílias do Exército - que é uma instituição de caridade que funciona como um elo de ligação entre o Exército e famílias, representando as suas perspectivas e preocupações. A AFF é dirigida por cônjuges de membros do Exército e tem representantes na maior parte dos locais em todo o mundo onde há pessoal militar a cumprir as suas funções, a Defence Housing Executive, entidade responsável pela gestão das casas militares no RU, incluindo a construção, manutenção e venda das mesmas.

Ainda no âmbito do apoio social existem diversas associações e organismos de âmbito cultural, desportivo e recreativo.

I.4.3. Brasil

Um dos grandes objectivos do Exército Brasileiro (EB) no âmbito do pessoal é o de "Capacitar e valorizar os recursos humanos". Nesse sentido, o apoio social do EB é conduzido com o intuito de proporcionar aos militares e respectivas famílias, habitação, apoio na saúde, assistência e previdência social, lazer e remuneração condignos.

Os principais órgãos do Ministério da Defesa Nacional Brasileiro no âmbito do apoio social são: O Departamento de Gestão e Apoio de Pessoal e a Secretaria de Organização Institucional, que integram respectivamente, a Divisão de Pessoal Civil,



a Divisão de Pessoal Militar, a Divisão Assistencial, a Comissão Desportiva do Brasil e o Departamento de Gestão e Apoio de Pessoal, o Departamento de Administração e Legislação e o Departamento de Orçamento e Finanças.

A nível do Exército, como órgãos responsáveis pela política de pessoal, destacamos; nos órgãos de direcção geral, o Estado Maior do Exército, através da 1ª Subchefia (Pessoal, Ensino e Cultura), que executa as normais atribuições no âmbito de um órgão de planeamento e apoio à decisão.

Nos órgãos de direcção sectorial, destacam-se o Departamento Geral de Pessoal¹⁴ que é responsável pela direcção sectorial deste sector, que integra a Directoria de Assistência Social (DAS) e a Directoria de Saúde (DSau).

A missão da DAS é planear, orientar, coordenar, controlar e supervisionar a execução das actividades de assistência social e de apoio à família militar. É, ainda, atribuição da DAS, planear, coordenar e controlar as seguintes actividades: meios de hospedagem do Exército (MHEx) e áreas de lazer, benefícios constitucionais (auxílio de transporte, pré-escolar e auxílio de alimentação), créditos pessoais (necessidades educativas especiais, auxílios financeiros indemnizáveis, não indemnizáveis e mistos e evacuação), termos de autorização (convénios) e o acompanhamento do convénio de assistência jurídica.

Por outro lado, destaque para o Departamento Geral de Serviços – órgão responsável pela celebração de acordos com outras entidades, através da Directoria de Assistência ao Pessoal.

A grande extensão territorial, as diferenças socioculturais e económicas entre as diversas regiões são factores que influenciam a organização do apoio social ao pessoal do Exército.

O grande impulso no apoio social do EB surgiu em 1992, em virtude da opção do então Ministro do Exército, General do Exército Zenildo de Lucena, que pretendia de forma indirecta aumentar os salários dos militares, pelo que, tomou um conjunto de medidas no campo do apoio social e cujo objectivo era proporcionar aos militares e às suas famílias, habitação, apoio na saúde, assistência e previdência social, lazer e remuneração condigna.

No campo da educação houve a intenção de recuperação e consolidação do sistema de Colégios Militares. Actualmente existem 12 .

¹⁴ O Regulamento do DGP foi aprovado pelo DEC N.º. 78.724, de 12 de NOV 76.



No âmbito de saúde, destaque para a construção de diversos hospitais militares e postos de saúde. Foram também celebrados acordos com entidades civis especializadas, nomeadamente, com pronto-socorro móvel de urgência e emergência médica.

Os militares podem também recorrer ao Fundo de Saúde do Exército (FUSEx), este fundo é de contribuição obrigatória, variável de acordo com a quantidade de dependentes do militar. Abrange diversos serviços médicos.

Na área do alojamento, verificou-se a expansão da rede de hospedagem para apoio à família, em serviço ou férias (12 hotéis de trânsito (Messes), 100 hospedagens, várias áreas de lazer).

Foram incrementados os apoios aos círculos militares (tipo clubes militares); assim como a construção e reforma de unidades residenciais para habitação própria; residências para cabos, soldados e funcionários civis (incluído-se a construção e venda, financiada pela Fundação Habitacional do Exército, de centenas de residências para funcionários civis e militares com menor poder de compra).

A nível de assistência jurídica foram estabelecidos acordos com escritórios especializados.

Assistência em caso de falecimento (inclui um cemitério militar no Rio de Janeiro).

Implantação do projecto “Irmão de Armas” destinado aos que se encontram na inactividade e seus dependentes.

I.5. Referências a trabalhos Anteriores

“A Acção Social na Força Aérea Portuguesa”, foi um trabalho realizado em Abril de 2002, pelo Capitão/PA Mário Gentil Belard Silvano Barata, durante a frequência do Curso Geral de Guerra Aérea, e teve como objectivo“(…)analisar o funcionamento do Serviço de Acção Social e compará-lo com serviços congéneres, a fim de apresentar medidas que permitam melhorar o bem-estar do pessoal da Força Aérea” (Barata, 2002, VII).

Além de enumerar um conjunto de conceitos teóricos que enquadram o estudo, o autor expõe e descreve os órgãos da Força Aérea envolvidos no apoio social, destacando as suas responsabilidades e atribuições. Posteriormente, apresenta uma análise do Serviço de Acção Social da Força Aérea (SAS) por comparação com serviços congéneres do Exército, da Marinha, da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e



da Portugal Telecom (PT). Na comparação efectuada “(...)constataram-se diferenças ao nível das prioridades definidas, as quais têm a ver com os objectivos estratégicos fixados para a área social de cada uma das organizações” (Barata, 2002, VII).

A análise dos serviços congéneres baseou-se no enquadramento legal, na estrutura, no quadro orgânico e nas actividades e financiamento.

Quanto à estrutura, conclui existirem algumas diferenças que não parecem ter influência determinante nos serviços de apoio. Segundo o autor “Confirma-se o princípio teórico de que a estrutura não é um fim em si mesma, mas simplesmente um método de agrupar as actividades de forma a facilitar a realização dos objectivos da Organização” (Barata, 2002, 4-2). As principais actividades desenvolvidas são diferenciadas, a Força Aérea “(...)privilegia a ocupação dos tempos livres das crianças e dos jovens, filhos de militares e civis da FAP, durante as férias e intervalos escolares, através da realização de campos de férias, intercâmbio de jovens, actividades formativas e prática desportiva, a Marinha, “(...)desde o ano 2000, tem prestado especial atenção às preocupações colocadas pelas famílias dos militares em serviço fora do território nacional, em missões de paz(...)” (Barata, 2002, 4-3), através do GAFFME.

No caso do Exército, destaque para os esforços na celebração de protocolos que, segundo o autor “(...)se traduzem em benefícios acrescidos para os militares e civis, nomeadamente nos sectores dos seguros, da banca e dos combustíveis(...)” (Barata, 2002, 4-3).

A CGD centralizou a sua actividade no desenvolvimento das áreas do desporto e cultura. A PT centrou a sua actividade em três áreas, “(...)a atribuição de subsídios que crescem às prestações familiares previstas na lei, bem como para infantários e diferentes graus de ensino, a criação de centros sociais e a promoção do turismo e o apoio psicossocial particular e programas para a população mais vulnerável(...)” (Barata, 2002, 4-3).

Após a comparação dos diversos serviços, o autor conclui que, relativamente ao financiamento dos serviços, “(...)a diferença não é tanto em termos de quantidade e qualidade, mas em aéreas preferenciais de actuação. Por outro lado, os ramos, partindo de premissas semelhantes, também apresentam diferentes opções entre si.” (Barata, 2002, 4-1).

Na análise feita ao Exército, consideramos relevante referir a sistematização feita quanto as actividades, e que são:



- “Apoio Social – Desenvolve programas e coordena a utilização dos diversos órgãos e estabelecimentos do ramo e das FA. Coordena e supervisiona as actividades respeitantes à assistência aos familiares dos militares do Exército falecidos.
- Cultura e Lazer – Promove e coordena o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e de ocupação dos tempos livres.
- Moral e bem-estar – Propõe e acompanha a execução de medidas conducentes ao desenvolvimento e manutenção do moral e bem-estar no âmbito das remunerações, pensões, alojamento e transportes, minimizando situações de natureza psicológica que possam afectar negativamente o pessoal do ramo.
- Protocolos – Por forma a ir ao encontro de alguns dos principais interesses dos militares e civis do ramo, na área do bem-estar social e da melhoria do nível de vida, a DASP decidiu investir fortemente na celebração de protocolos com empresas privadas dos sectores dos seguros, dos combustíveis e da banca...” (Barata, 2002, 3-7).

Na análise efectuada, o autor descreve vantagens e inconvenientes dos serviços congéneres, com base nos quais enuncia um conjunto de medidas a adoptar de onde destaca a necessidade da avaliação regular, não só para “realinhamento dos objectivos traçados”, mas também por “a avaliação conduzir ao estudo sistemático do cenário social”, salientando a necessidade de acompanhar as recentes alterações. Entre estas refere as alterações estatutárias, a incorporação das mulheres, a opção pelo regime de voluntariado e de contrato e as alterações sociais. (Barata, 2002). O estudo finaliza com um conjunto de medidas para melhorar o bem-estar do pessoal da Força Aérea.

II. EXECUÇÃO PRÁTICA DO APOIO SOCIAL

II.1. Metodologia

A recolha de dados foi efectuada através da utilização de dois instrumentos, o questionário e a entrevista.

Em virtude da constituição de duas sub – amostras (Oficiais e Sargentos do QP no activo) elaboramos um questionário com questões abertas e fechadas, tendo em



conta as hipóteses levantadas, baseado, essencialmente, no Manual de Apoio Social elaborado pela DASP e na nossa percepção pessoal.

Por limitações inerentes à elaboração do presente trabalho, recorreremos ao método de amostragem por conveniência.

As hipóteses orientadoras do estudo foram:

- Existem diferenças no grau de satisfação dos Oficiais e Sargentos do QP no activo quanto ao desempenho dos serviços de apoio social nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres;
- Existem diferenças quanto ao apoio social prestado aos militares que prestam serviço em Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos (U/E/O) inseridas em grandes centros urbanos, comparativamente aos que prestam serviço em U/E/O localizadas fora desses grandes centros urbanos;
- A utilização dos serviços de apoio pelos Oficiais e Sargentos nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres é directamente proporcional ao grau de informação sobre os mesmos;
- A idade e constituição do agregado familiar é directamente proporcional à valorização das áreas de apoio social da habitação e educação ;
- A informação sobre os serviços de apoio é directamente proporcional à idade e ao posto;
- A situação de colocado ou deslocado influencia o grau de satisfação com os serviços de apoio nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres ;
- Existem diferenças relativamente ao grau de informação possuído por Oficiais e Sargentos no âmbito dos vários serviços do apoio social .

Para a análise às entidades com responsabilidades no apoio social do Exército, efectuámos entrevistas semi - estruturadas a militares que desempenham funções na DAS da DGPRM do MDN, na Divisão de Pessoal do Estado Maior do Exército – (DivPess/EME) e na DASP.



II.2. Amostra

Definimos duas sub – amostras compostas por Oficiais e Sargentos do QP no activo. Tendo como referência as Regiões Militares (RM) e os grandes centros urbanos nelas existentes (Lisboa e Porto)¹⁵, foram seleccionadas aleatoriamente seis U/E/O (RL2, IAEM, RI 3, EPI, EPC e EPAM) para aplicação dos questionários. Os casos seleccionados nas categorias de Oficiais e Sargentos nos diversos postos são apresentados no quadro 1:

POSTO		UNIDADE						TOTAL
		RL 2	IAEM	RI 3	EPI	EPC	EPAM	
OFICIAIS	COR	1	2		1		1	5
	TCOR	2	3	1	2	1		9
	MAJOR		23					23
	CAPITÃO		31					31
	TENENTE	1		1	2	2		6
	ALFERES					2	1	3
TOTAL		4	59	2	7	4	1	77
SARGENTOS	SMOR	1		1	1	1	1	5
	SCHEFE	2	2	2	3			9
	SAJ	4	4	4	4	2		18
	1SAR	6	4	4	5	5	3	27
	2SAR	1			3	2	2	8
TOTAL		14	10	11	16	10	6	67
TOTAL OF/SAR		18	69	13	23	14	7	144

Quadro 1 - Relação dos Militares do Questionário

II. 2.1. Sub – Amostra A

De um universo de 2562¹⁶ Oficiais do QP no activo, foram seleccionadas amostras conforme o quadro acima referido e cujos quantitativos percentuais face às existências são: COR (5) 2%, TCOR (9) 2%, MAJ (23) 4%, CAP (31) 4%, TEN(6) 2% e ALF (3) 4%, perfazendo um total de 77 Oficiais, o que, em termos percentuais, equivale a 3% dos Oficiais do QP no activo .

II. 2.2. Sub – Amostra B

De um universo de 4452¹⁷ Sargentos do QP no activo, foram seleccionadas amostras conforme o quadro acima referido e cujos quantitativos percentuais face às existências são: SMOR (5) 4 %, SCH (9) 2 %, SAJ (18) 1%, 1SAR (27) 1% e 2 SAR

¹⁵Estes centros urbanos são em termos de militares os mais significativos, com efectivos de respectivamente de 250 para o PORTO e 1200 para LISBOA.

¹⁶ Com base em dados da DAMP de 20 de Setembro de 2002.

¹⁷ Com base em dados da DAMP de 16 de Outubro de 2002.



(8) 3%, perfazendo um total de 67 Sargentos, o que em termos percentuais equivale a 2% dos Sargentos do QP no activo.

As variáveis consideradas são iguais para as duas sub – amostras, destacando-se as seguintes características:

a. Distribuição por posto

Na categoria dos Oficiais regista-se uma maior frequência nos postos de Major e Capitão, na categoria dos Sargentos isso verifica-se nos postos de Sargento Ajudante e Primeiro Sargento.

POSTO		QUANTITATIVOS
	COR	5
	TCOR	9
	MAJOR	23
	CAPITÃO	31
	TENENTE	6
OFICIAIS	ALFERES	3
	TOTAL	77
	SMOR	5
	SCHEFE	9
	SAJ	18
	1SAR	27
SARGENTOS	2SAR	8
	TOTAL	67
	TOTAL OF/SAR	144

Quadro 2 - Distribuição por Posto

b. Distribuição por idade

As idades dos Oficiais e Sargentos variam entre os 24 e 55 anos, sendo a média de 37 anos. A idade média dos Oficiais é de 36 anos e a dos Sargentos de 37 anos. A faixa etária mais representativa situa-se entre os 31 e 37 anos, abrangendo 49,8% da amostra.

c. Distribuição por tempo de serviço

O tempo médio de serviço é de 17 anos. Relativamente aos Oficiais esse valor é de 17 anos e dos Sargentos de 16. Os tempos de serviço compreendidos entre os 15 e 17 anos de serviço foram os que apresentaram maior frequência, correspondendo a 38 % da amostra.

d. Distribuição por sexo

Verificamos que 99 % da amostra é do sexo masculino.



e. Distribuição por estado civil

Os militares casados representam 84 % da amostra, enquanto que os solteiros 10 % e os divorciados 4 %.

f. Distribuição por Agregado Familiar

Em média, o agregado familiar é constituído por 3 e 4 pessoas, a que corresponde 78 % da amostra. Agregados constituídos por 2 pessoas correspondem a 13 % da amostra.

g. Distribuição por Guarnição Militar de Preferência

Verificamos que a GMP de Lisboa corresponde a 41 % das preferências dos militares, a GMP de Beja a 10 %, a de Mafra a 9 % e a de Santarém a 8 %.

h. Distribuição por local de residência

Em relação à residência, 43 % dos militares reside na região de Lisboa, 10 % na região de Beja, 10 % na região de Santarém e 7 % na região do Porto.

i. Distribuição por Situação

Dos 144 inquiridos, 71 % está na situação de colocado e 29 % está na situação de deslocado.

II 3. Instrumentação e Recolha de Dados

Os instrumentos utilizados foram o questionário¹⁸ e a entrevista¹⁹, ambos semi-estruturados.

O questionário é constituído por três secções. A primeira caracteriza os inquiridos quanto a: posto, idade, tempo de serviço, sexo, estado civil, constituição do agregado familiar, GMP, local de residência e situação. A segunda recolhe o grau de informação disponível e o tipo de utilização dos serviços de Apoio Social nas áreas de saúde, educação, habitação e cultura/ocupação dos tempos livres. Na última secção, pretendemos avaliar o grau de satisfação dos respondentes relativamente aos apoios prestados.

As entrevistas efectuadas tinham como objectivo a determinação de políticas, legislação e orientações conducentes ao planeamento e gestão do apoio social. Ainda, averiguar das limitações e condicionamentos e quais as grandes áreas de actuação.

¹⁸ Apêndice A.

¹⁹ Apêndice B.



II.4. Procedimento

O trabalho de campo desenvolveu-se durante o mês de Outubro de 2002. A aplicação do questionário nas U/E/O foi realizada sem a nossa presença, tendo sido acompanhados de uma nota explicativa no sentido de sensibilizar os inquiridos para o seu preenchimento, a importância do mesmo e o âmbito de utilização.

Após a recepção de todos os questionários, elaborámos uma matriz de dados que submetemos a tratamento estatístico automatizado em Statistical Package for Social Sciences (SPSS).

II.5. Resultados

Nesta parte do trabalho vamos caracterizar a avaliação efectuada ao questionário²⁰ e apresentar os resultados da análise dos questionários e das entrevistas.

A avaliação das características métricas do questionário utilizado na nossa investigação revelou boas qualidades aos níveis de estrutura factorial e fidelidade. A estrutura factorial foi avaliada através de análise das Componentes Principais e a fidelidade foi avaliada pelo método de consistência interna Alpha de Cronbach (α).

Assim, a avaliação do questionário foi a seguinte:

a) Análise da Estrutura Factorial do Questionário

Procedeu-se à análise da estrutura factorial das quatro sub-escalas da satisfação: satisfação com a saúde, satisfação com a educação, satisfação com a habitação e satisfação com a cultura/ocupação dos tempos livres. Constata-se a existência de um só factor em cada uma das sub-escalas, com variâncias explicadas bastante satisfatórias - acima de 50%, o que traduz com rigor a existência de uma só dimensão correspondente. Tais resultados garantem estarmos a avaliar, em cada sub-escala, as dimensões que pretendemos e de que partimos inicialmente para o trabalho de campo.

Do mesmo modo, procedeu-se à análise das componentes principais da dimensão "informação": informação sobre a saúde, informação sobre a educação, informação sobre a habitação e informação sobre a cultura/ocupação dos tempos livres. Os resultados obtidos revelaram-se igualmente favoráveis, extraíndo apenas uma componente em cada sub-escala.

²⁰ Apêndice E – Avaliação do Questionário.



A análise da estrutura factorial da utilização dos quatro serviços (utilização da saúde, utilização da educação, utilização da habitação e utilização da cultura/ocupação dos tempos livres), por sua vez, revelou também resultados favoráveis, no entanto a sub-escala “utilização da educação” mostrou-se repartida entre duas componentes. Este resultado pode relacionar-se com a pouca utilização que as pessoas inquiridas fazem deste serviço e, mediante desconhecimento, tenderem a responder de forma neutra e ambígua. Pelo que uma das componentes obtidas traduz plenamente a dimensão que se quer analisar, enquanto a outra poderá traduzir essa ambiguidade e desconhecimento.

A estrutura factorial da dimensão sobre a facilidade de acesso aos quatro serviços manifestou, à semelhança das restantes já referidas, uma boa estrutura factorial, tendo extraído um só factor que reflecte a única componente existente.

Em resumo, a estrutura factorial das dimensões contidas e analisadas no questionário revelou, globalmente, resultados bastante satisfatórios, reflectindo basicamente a estrutura inicial de partida na nossa investigação e, logo, confirmando as nossas expectativas ao longo da investigação.

b) Análise da Fidelidade do Questionário

De uma forma geral, os resultados obtidos pela análise da fidelidade são satisfatórios, o que traduz a constância temporal desta medida ao longo das sucessivas aplicações que vierem a ser efectuadas com o mesmo questionário que utilizámos.

Sobressai um dado que nos parece particularmente importante e que confirma o que referimos acima, acerca da dimensão relacionada com a utilização da educação, relativo aos valores de fidelidade mais baixos obtidos nas sub-escalas da utilização dos serviços. Tais resultados parecem, efectivamente, evidenciar e confirmar a nossa crença, de que a não utilização dos serviços origina respostas ambíguas e tendencialmente neutras, provocando incerteza nas respostas dos sujeitos e, logo, resultados pouco firmes.

Ainda assim, o questionário mostrou, na sua generalidade, boa estabilidade temporal na avaliação das dimensões que o compõem.



II. 5.1 Do Questionário

Os resultados do questionário aplicado aos militares que compõem as duas sub – amostras são apresentados da seguinte forma: informação e utilização dos serviços de apoio social do Exército no âmbito da saúde, educação, habitação e cultura/ocupação dos tempos livres; avaliação dos serviços nas áreas referidas. Concluímos esta parte do trabalho apresentando os resultados estatísticos obtidos no tratamento das hipóteses.

Relativamente ao grau de informação no âmbito da assistência na saúde as respostas dos Oficiais e Sargentos em termos percentuais foram conforme se apresenta em seguida:

	Desconheço Totalmente	Conheço Mal	Nem bem nem Mal	Conheço Razoavelmente	Conheço Totalmente
Benefícios da assistência na doença	4,8%	20,1%	15,9%	56,9%	2,1%
Comparticipações	10,0%	30,2%	17,9%	40,2%	1,4%
Acesso aos hospitais militares	2,1%	14,2%	10,7%	63,5%	9,2%
Acesso aos hospitais civis	12,1%	28,5%	16,4%	40,0%	2,8%
Entidades privadas c/ acordo	7,2%	28,2%	15,2%	46,3%	2,8%
Tratamentos no Estrangeiro	73,5%	13,9%	2,9%	9,5%	

Quadro 3 - Respostas no âmbito da Saúde

No âmbito da saúde os Oficiais e Sargentos responderam na grande maioria conhecer razoavelmente o sistema. No item tratamentos no estrangeiro 73,5% dos inquiridos responderam desconhecer totalmente.

No caso da informação relativa à educação, as respostas foram conforme se observa no quadro 4:

	Desconheço Totalmente	Conheço Mal	Nem bem nem Mal	Conheço Razoavelmente	Conheço Totalmente
Colégio Militar	18,8%	34,2%	13,2%	27,2%	6,2%
IMPE	20,2%	34,2%	13,9%	27,9%	3,4%
IO	23,7%	37,0%	14,6%	22,3%	2,1%
Outros	68,8%	18,0%	8,1%	4,9%	

Quadro 4 - Respostas no âmbito da Educação



No âmbito da educação os Oficiais e Sargentos responderam na grande maioria conhecer mal o sistema.

Relativamente ao grau de informação na área da habitação, as respostas foram:

	Desconheço Totalmente	Conheço Mal	Nem bem nem Mal	Conheço Razoavelmente	Conheço Totalmente
Casas IASFA	50,0%	3,1%	7,0%	11,2%	0,7%
Casas Estado	18,3%	30,9%	11,2%	33,8%	5,6%
Protocolos Bancos	11,1%	20,8%	12,5%	49,3%	6,3%
Outros	93,5%	6,5%			

Quadro 5 - Respostas no âmbito da Habitação

No âmbito da habitação 50% dos militares responderam “desconheço totalmente”, na situação das casas do IASFA. No caso das casas do Estado e dos Protocolos Bancários as respostas na grande maioria foram no sentido de que conheciam razoavelmente.

No caso da Cultura/Ocupação dos Tempos Livres as respostas foram conforme se verifica no quadro 6:

	Desconheço Totalmente	Conheço Mal	Nem bem nem Mal	Conheço Razoavelmente	Conheço Totalmente
Messes Nacionais	6,3%	21,5%	11,8%	50,7%	9,7%
Messes Estrangeiras	53,5%	32,6%	7,0%	6,3%	0,7%
Museus Militares	13,9%	33,5%	12,5%	35,6%	4,2%
Outros	85,1%	14,9%			

Quadro 6 - Respostas no âmbito Cultura/Ocupação T Livres

As messes nacionais são conhecidas por 50,7% dos militares, enquanto que as estrangeiras são desconhecidas por 53,5%.

Em seguida, apresentamos a caracterização que efectuaram sobre a informação disponível para as várias áreas do apoio social.

Na Saúde

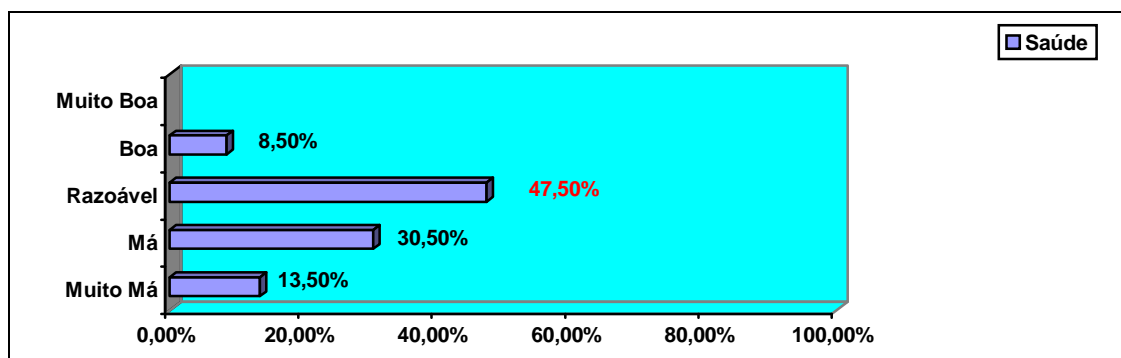


Fig. 2 - Informação Disponível na Saúde



Na Educação

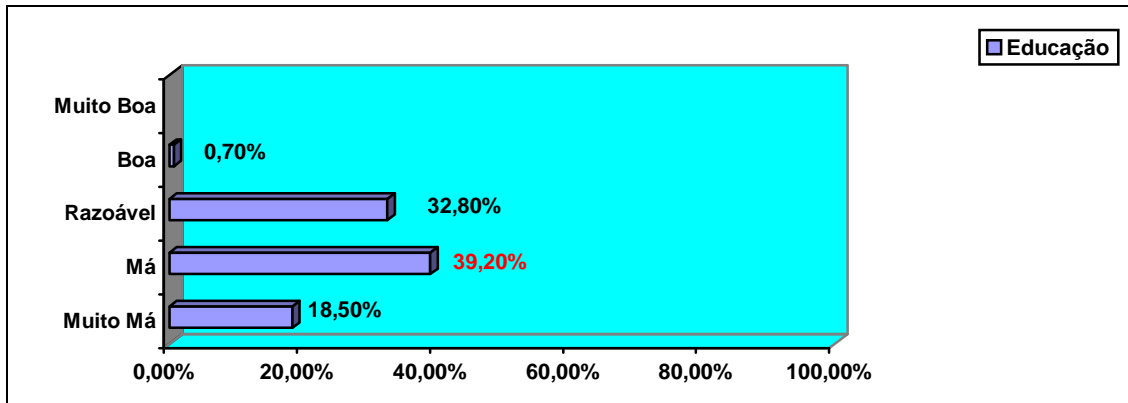


Fig. 3 - Informação Disponível na Educação

Na Habitação

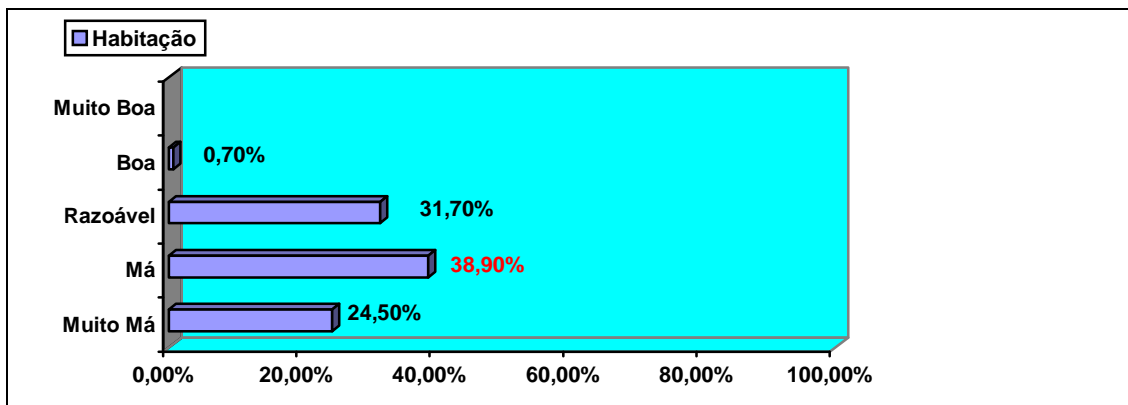


Fig. 4 - Informação Disponível na Habitação

Na Cultura e Ocupação dos Tempos Livres

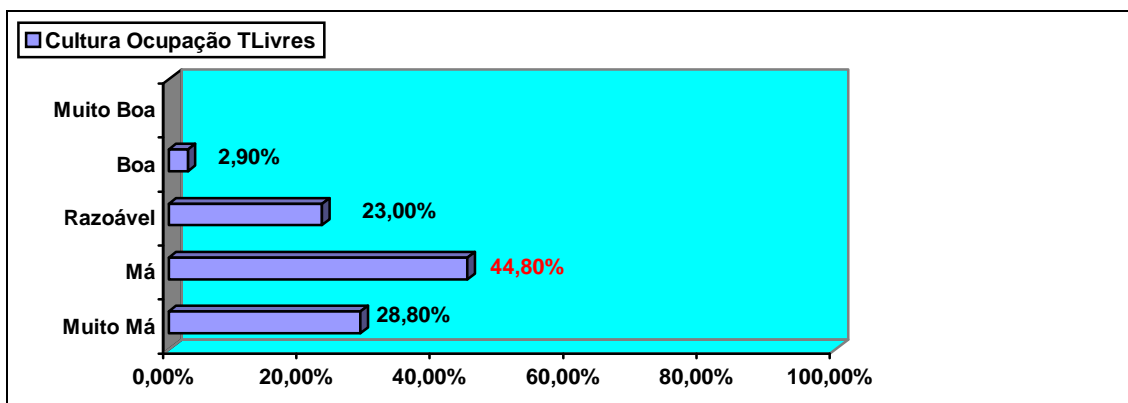


Fig. 5 - Informação Disponível na Cultura/Ocupação Tempos Livres

Assim, no âmbito da saúde a informação disponível é para 47,5% dos militares razoável. Nas áreas da educação, habitação e cultura/ocupação dos tempos livres a informação disponível é considerada má.



A informação sobre os diversos tipos de apoio foi transmitida aos Oficiais e Sargentos por um superior porque lhe foi solicitada em 88,8 % dos casos, por iniciativa de um superior em 94,4 % dos casos, por um camarada que já recorreu aos serviços em 25,9% das situações.

As facilidades de acesso aos diversos serviços de apoio foram caracterizadas do seguinte modo:

Facilidades de Acesso	Muito Mau	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom
Saúde	2,9%	25,5%	51,1%	19,7%	0,7%
Educação	7,6%	32,6%	52,3%	6,8%	0,8%
Messes	5,2%	17,8%	57,8%	17,8%	1,5%
Cultura Ocupação					
Tempos Livres	10,0%	39,7%	43,5%	6,1%	0,8%
Outros	28,6%	14,3%			

Quadro 7 - Caracterização das Facilidades de Acesso aos Serviços de Apoio

Constata-se pela análise do quadro 7 que a grande maioria dos militares considera razoável as facilidades de acesso aos diversos serviços.

Na resposta a qual entidade é responsável pelo planeamento do apoio social no Exército, 54,3 % dos Oficiais e Sargentos responderam ser a DASP, no caso da execução 84 % responderam ser também a DASP a responsável.

O Manual de Apoio Social elaborado pela DASP só é conhecido por 3,5 % dos Oficiais e Sargentos. Os diversos protocolos estabelecidos com diversas entidades são conhecidos por 70,1 %, em especial, os protocolos com entidades bancárias.

No âmbito da utilização dos serviços de apoio social, as respostas dos Oficiais e Sargentos foram:

Na Saúde

	Nunca	Uma Vez a Cinco por Ano	Cinco a doze vezes por Ano	Mais de 12 vezes por Ano	Sempre
Comparticipações	6,1%	44,0%	34,9%	10,7%	4,5%
Acesso aos hospitais militares	18,2%	67,2%	9,5%	0,7%	4,4%
Acesso aos hospitais civis	30,9%	54,7%	7,2%	3,6%	3,6%
Recurso a entidades privadas	33,3%	47,1%	13,8%	2,9%	2,9%
Tratamentos no Estrangeiro	96,2%	3,0%		0,8%	

Quadro 8 - Utilização dos Serviços de Saúde



Na Educação

	Nunca	Raramente	Com alguma Frequência	Muitas Vezes	Sempre
CM	95,0%	0,7%	1,4%	0,7%	2,1%
IMPE	96,4%	1,4%			2,1%
IO	98,6%	0,7%	0,7%		
Outros					

Quadro 9 - Utilização dos serviços de Educação

Na Habitação

	Nunca	Raramente	Com alguma Frequência	Muitas Vezes	Sempre
Casas IASFA	98,5%	0,7%			0,7%
Casas Estado	68,4%	20,6%	7,4%	2,2%	1,5%
Protocolos com Bancos	36,7%	24,5%	24,5%	4,3%	10,1%
Outros	96,7%	3,3%			

Quadro 10 - Utilização dos Serviços de Habitação

Na Cultura/Ocupação dos Tempos Livres

	Nunca	Raramente	Com alguma Frequência	Muitas Vezes	Sempre
Messes Nacionais	21,1%	47,9%	25,4%	4,2%	1,4%
Messes Estrangeiras	88,7%	9,2%	2,1%		
Museus Militares	32,1%	50,0%	15,0%	2,1%	0,7%
Outros	17,2%	82,8%			

Quadro 11 - Utilização dos Serviços Cultura/Ocupação T Livres

Relativamente à utilização dos serviços de apoio, constata-se que os militares recorrem com pouca frequência aos mesmos. No caso da saúde, a grande maioria dos militares recorre aos serviços de uma a cinco vezes por ano, na educação, 96% dos militares nunca recorreu aos serviços. Em termos de habitação a grande maioria também nunca recorreu aos serviços de apoio.



A avaliação dos Oficiais e Sargentos relativamente as áreas da saúde, educação, habitação e cultura/ocupação dos tempos livres, foram respectivamente:

a) Saúde

	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Tempo para Marcação das consultas	20,3%	37,0%	26,1%	16,6%	
Qualidade dos Serviços	7,9%	26,6%	39,6%	25,2%	0,7%
Pagamento das Comparticipações	46,4%	30,0%	11,4%	12,1%	

Quadro 12 - Avaliação Saúde

b) Educação

	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Localização Geográfica Meios de Apoio	13,9%	30,2%	43,4%	12,4%	
Organização dos Serviços	10,1%	15,6%	60,9%	0,8%	
Qualidade dos Serviços	7,9%	13,5%	63,5%	12,7%	2,4%

Quadro 13 - Avaliação Educação

c) Habitação

	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Localização Habitações	12,7%	22,2%	46,8%	18,2%	
Qualidade Habitações	18,5%	27,4%	46,0%	8,1%	
Garantia Utilização	20,1%	19,3%	49,1%	10,5%	

Quadro 14 - Avaliação Habitação

d) Cultura Ocupação dos Tempos Livres

	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Localização Geográfica Meios de Apoio e Equipamentos	16,3%	23,2%	50,4%	10,1%	
Organização dos Serviços	12,6%	15,7%	59,8%	11,0%	0,8%
Atendimento nos Serviços	10,3%	15,9%	59,5%	13,5%	0,8%

Quadro 15 - Avaliação Cultura/Ocupação T Livres

Assim, em média, os Oficiais e Sargentos demonstraram insatisfação com os apoios nas áreas da saúde e da habitação. Nas áreas da educação e cultura demonstraram nem satisfação nem insatisfação.



Concluída a apresentação dos resultados, relembramos agora as hipóteses iniciais para referir os testes estatísticos utilizados²¹.

Assim, as hipóteses levantadas foram: Existem diferenças no grau de satisfação dos Oficiais e Sargentos do QP no activo quanto ao desempenho dos serviços de apoio social nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres (H1); existem diferenças quanto ao apoio social prestado aos militares que prestam serviço em Unidades, Estabelecimentos ou Órgãos (U/E/O) inseridas em grandes centros urbanos, comparativamente aos que prestam serviço em U/E/O localizadas fora desses grandes centros urbanos (H2); a utilização dos serviços de apoio pelos Oficiais e Sargentos nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres é directamente proporcional ao grau de informação sobre os mesmos (H3); a idade e constituição do agregado familiar é directamente proporcional à valorização das áreas de apoio social da habitação e educação (H4); a informação sobre os serviços de apoio é directamente proporcional à idade e ao posto (H5); a situação de colocado ou deslocado influencia o grau de satisfação com os serviços de apoio nas áreas da saúde, educação, habitação, cultura/ocupação dos tempos livres (H6); existem diferenças relativamente ao grau de informação possuído por Oficiais e Sargentos no âmbito dos vários serviços do apoio social (H7).

Para testar a H1, utilizámos uma análise de variância (ANOVA Oneway) que permitiu comparar os dois grupos – Oficiais e Sargentos – quanto à sua satisfação com os serviços de apoio social nas diversas áreas, tendo revelado os seguintes níveis de significância:

Áreas de Estudo	Nível de Significância (p)
Satisfação Saúde	0.48
Satisfação Educação	0.64
Satisfação Habitação	0.87
Satisfação Cultura/Ocupação T Livres	0.25

Como se observa, em nenhuma das áreas de apoio social, Oficiais e Sargentos apresentam diferenças estatisticamente significativas ($p > .05$) na sua satisfação com os serviços, pelo que o grau de satisfação de ambos é semelhante.

²¹ Apêndice C – Resultados Estatísticos.



A análise da H2 não se efectuou, em virtude do reduzido número de casos com GMP Porto.

Na H3, pretendia relacionar-se a utilização dos serviços com a informação sobre os mesmos. A técnica utilizada consistiu numa correlação linear, através do coeficiente de correlação de Pearson. A H3 revelou graus de associação positivos, traduzindo associações directamente proporcionais e estatisticamente significativas entre as variáveis:

- saúde utilização e saúde informação ($r = 0.34$)
- educação utilização e educação informação ($r = 0.43$)
- habitação utilização e habitação informação ($r = 0.42$)
- cultura utilização e cultura informação ($r = 0.57$)

Deste modo, concluímos que o grau de informação sobre os serviços de apoio se encontra directamente relacionado com a utilização dos mesmos.

Na análise da H4, a técnica estatística usada foi também a correlação de Pearson, dado que queríamos relacionar a idade e o agregado familiar com a satisfação nas áreas da educação e habitação. O resultado obtido foi significativo e apresentou uma associação negativa entre as variáveis, fazendo-as variar na razão inversa – quanto maiores a idade e o agregado, menor o grau de satisfação dos sujeitos, rejeitando-se assim, a H4.

Para a análise da H5, na qual se pretendia determinar o grau de associação entre o posto e o grau de informação sobre os diversos serviços, utilizou-se o coeficiente de correlação ETA. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese, no entanto os graus de associação não se revelaram estatisticamente significativos.

Na análise da H6, relacionando a variável situação com a variável satisfação, utilizamos uma regressão linear, enquanto técnica de análise da relação de causalidade entre a variável independente e a variável dependente. O resultado do teste apresentou um nível de significância que permitiu confirmar a hipótese em todas as áreas analisadas ($p < .01$), mostrando diferenças estatisticamente significativas na percepção do apoio social conforme a situação de colocado ou deslocado.

Na análise da H7, recorreremos a uma análise da variância (ANOVA Oneway), para testar diferenças no grau de informação sobre os serviços entre as categorias de Oficiais e Sargentos. O resultado obtido não permitiu concluir sobre a existência de



diferenças significativas nos valores médios de informação de ambos os grupos ($p > .05$), pelo que a hipótese não se confirmou.

II. 5.2 Das Entrevistas

Nesta parte do trabalho efectuamos uma análise da execução do apoio social, em especial, a actuação da DASP, com base nas entrevistas efectuadas no MDN, no EME e na DASP.

A finalidade das entrevistas foi a de identificar a existência de políticas, legislação e orientações conducentes ao planeamento e gestão do apoio social no Exército. Averiguar das limitações e condicionamentos e as grandes áreas de actuação.

Optamos por não fazer uma descrição exaustiva de todos os meios e equipamentos de apoio social existentes, mas antes, analisar as principais áreas de actuação da DASP.

O aspecto principal a destacar da análise das diversas entrevistas é o facto de não existirem objectivos estratégicos na área do apoio social e não serem definidas áreas prioritárias de actuação; não existir nenhum plano de acção para o apoio social e, como limitação, os reduzidos orçamentos.

Assim, analisando o apoio social a nível do Exército, poderemos afirmar que as entidades com responsabilidade e de maior destaque na execução do apoio social são: O Comando de Pessoal; o Comando da Logística e o Comando da Instrução.

As vertentes do apoio social consideradas pela DASP²² são: Habitação, saúde, transportes, ensino, apoio jurídico, aquisição de fardamento, apoio sócio-cultural, formação e aperfeiçoamento profissional e pagamentos complementares de pensões de reforma.

Os equipamentos sociais considerados para o apoio social na estrutura do MDN e exteriores ao Exército são:

- IASFA – Centros de Apoio Social; Centros de Repouso e Habitações para arrendamento social e promoção da construção de fogos ou habitação económica e da sua aquisição;
- Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP);
- Liga dos Combatentes.

Nos ramos das Forças Armadas:

²² Com base na 6ª versão do Anteprojecto do Apoio Social da DASP de Fevereiro de 2000.



- Marinha – Messes, Clubes e o Hospital da Marinha.
- Força Aérea – Messes, Clubes, Hospital e Habitações de alojamento temporário.

No caso do Exército, os equipamentos sociais são as Messes²³, infantários (Manutenção Militar, em Lisboa), estabelecimentos de Ensino²⁴, hospitais militares (HMP, HMB, HMR-1 e HMR-2), casa de saúde militar, farmácias e centros de saúde (RMS e CMSM), habitação de alojamento temporário, Prédios Militares (PM) e Prédios Alugados (PA) distribuídos pelas Regiões Militares (RM) e Zonas Militares (ZM) e os clubes militares de Oficiais (Setúbal e Coimbra).

Poderemos tipificar a acção social a nível Exército nas seguintes áreas:

- ADME;
- Assistência Médica e Hospitalar;
- Alojamento temporário e fornecimento de alimentação;
- Apoio ao ensino.

Pela análise da estrutura da DASP e pela observação efectuada, conclui-se que os principais actores na prestação do apoio social são a Repartição de Apoio Social (RAS) e a Repartição de Assistência na Doença aos Militares (ADME), sendo esta última, nas palavras do actual director a “principal área de actuação”.

Uma vez que a ADME se circunscreve à área da saúde, cabe à RAS, através da Secção de Estudos e Planeamento, a Secção de Apoio e Acção Social e Secção de Moral e Bem-Estar desempenharem funções no âmbito do apoio social. Considerando o referido em I.5, relativamente às actividades da RAS :

- Apoio Social – Desenvolve programas e coordena a utilização dos diversos órgãos do Exército. Coordena e supervisiona as actividades respeitantes à assistência aos familiares dos militares do Exército falecidos.
- Cultura e Lazer – Promove e coordena o desenvolvimento de actividades culturais, recreativas e de ocupação dos tempos livres.
- Moral e bem-estar – Propõe e acompanha a execução de medidas conducentes ao desenvolvimento e manutenção do moral e bem-estar no âmbito das remunerações, pensões, alojamento e transportes.

²³ Consideradas as da Manutenção Militar, de Guarnição e o Centro Militar de Férias de Tavira.

²⁴ 1º Ciclo no CMSM, 2º e 3º Ciclo e Secundário no CM; IO e IMPE, superior no IMPE.



- Protocolos – Com o intuito de melhorar o nível de vida dos Oficiais e Sargentos celebrou diversos protocolos com empresas privadas dos sectores dos seguros, dos combustíveis e da banca.

É nosso entendimento que o conjunto de actividades acima descritas traduz o quadro teórico em que se enquadram as missões e atribuições da DASP. Contudo, parece-nos que as actividades de maior relevo e com reflexos positivos nos militares e famílias são as relacionadas com a celebração de protocolos. Relativamente às restantes, a sua acção é essencialmente de planeamento, não se verificando a sua aplicação. Neste âmbito, consideramos oportuno referir que a DASP já elaborou a 6ª versão do Plano de Acção para o Apoio de Serviços de Pessoal, que ainda não foi aprovado.

No âmbito da sua actividade de coordenação, a DASP relaciona-se com outras entidades envolvidas na execução do apoio social, de que são exemplo, a coordenação com o IASFA, relativamente às reuniões com o Comité de Ligação entre Organismos Militares de Acção Social (CLIMS)²⁵, com a Manutenção Militar, nas questões referentes à utilização das messes de outros países, nomeadamente a Espanha, com a DSE e a DSI, relativamente às questões de prédios militares ou de instalações militares não utilizados, mas com eventual aproveitamento para o apoio social.

Por outro lado, a DASP, órgão por excelência da execução do apoio social, deveria guiar a sua actividade pelos objectivos estratégicos superiormente definidos e em áreas preferenciais de actuação, o que não acontece, em virtude da inexistência dos mesmos.

Verifica-se também, a existência de outras entidades, internas e externas, a desenvolverem actividades no âmbito do apoio social, o que poderá, eventualmente, originar duplicação de funções e descoordenações, com consequências evidentes nos objectivos que se pretendem alcançar.

Assim, a DASP, no nosso entender, assume uma postura reactiva em vez de pró-activa, resolvendo questões pontuais, como é o caso dos protocolos. Salienda-se também o facto de não efectuar o controlo interno o que acarreta um aumento da sua postura reactiva, dado que, não consegue reorientar os seus esforços no

²⁵ O IASFA têm protocolos no âmbito do CLIMS com: Espanha, França, Alemanha, Bélgica, Holanda, Polónia, Itália, República Checa e Hungria.



sentido desejável e esperado, e que é a satisfação dos utentes do serviço de apoio social.

Consideramos importante referir o facto de, embora previstos, não existirem, juristas, sociólogos e assistentes sociais, como existem nas entidades congéneres da Marinha e Força Aérea, o que se reflecte negativamente na actividade da DASP.

II.6. Discussão

Pela análise das hipóteses formuladas e testadas, concluímos os seguintes resultados:

- Não existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de satisfação entre os Oficiais e Sargentos no que respeita aos serviços de apoio social nas áreas estudadas;
- A utilização dos serviços de apoio é directamente proporcional à informação sobre os mesmos;
- A idade e a constituição do agregado familiar é inversamente proporcional à valorização das áreas da habitação e educação;
- A informação sobre os serviços de apoio social é directamente proporcional à idade e ao posto dos sujeitos;
- A situação de colocado ou deslocado influencia o grau de satisfação com os serviços de apoio;
- Não existem diferenças estatisticamente significativas quanto ao grau de informação sobre os serviços de apoio, entre os Oficiais e Sargentos.

A H1, relativa à diferença do grau de satisfação quanto ao desempenho dos serviços de apoio social entre Oficiais e Sargentos, apresentou um teste estatístico com valores de significância muito superiores a 0.05, pelo que, não podemos afirmar que existem diferenças quanto à satisfação dos dois grupos em estudo, isto é, a satisfação dos Oficiais relativamente as áreas da saúde, educação, habitação e cultura/ocupação dos tempos livres não é significativamente diferente da dos Sargentos. Por outro lado, os resultados globais obtidos na avaliação da satisfação no âmbito da saúde, foram, para os Oficiais de 2,3 e para os Sargentos de 2,4, no âmbito da habitação foram de 2,3 para os Oficiais e 2,2 para os Sargentos, isto é, as respostas dos Oficiais e Sargentos inquiridos, equivalem na escala do questionário à situação de INSATISFEITO.



Para as restantes áreas, as respostas obtidas estão enquadradas no ponto neutro, o que poderá ter sido originado pelas características da amostra – possibilidade de a amostra ser não representativa – e por isso não ser possível extrapolar com rigor para o Universo dos Oficiais e Sargentos do QP, as conclusões obtidas na investigação.

Por outro lado, consideramos oportuno referir que o reduzido grau de informação que os respondentes demonstraram ter sobre as diversas áreas de apoio social estudadas também terá contribuído para as respostas no ponto neutro. Tal facto, poderá influenciar negativamente a extrapolação das conclusões para o Universo dos Oficiais e Sargentos do QP.

O tratamento estatístico da H2 não foi efectuado em virtude do reduzido número de casos com a GMP Porto.

A H4 foi rejeitada, já que o resultado obtido através da análise estatística foi o de uma relação inversa entre as variáveis, este resultado parece ser um paradoxo, pois associávamos maiores idades e agregado a uma maior necessidade de utilização dos serviços de apoio, o que não se confirmou. Este facto, pode dever-se aos reduzidos graus de informação e de utilização dos serviços por parte dos inquiridos, o que parece demonstrar que os militares com mais idade e maior agregado familiar não valorizam as áreas da educação e habitação, como era esperado.

A H7 não se confirmou, pese embora existam ligeiras diferenças no grau de informação entre Oficiais e Sargentos sobre os diversos serviços de apoio. Não podemos, contudo, generalizar estes resultados, dada o reduzido nível de significância dessa diferença²⁶. Por outro lado, a possibilidade actual de acesso à informação é no sentido contrário ao da hipótese, isto é, a informação está disponível da mesma maneira, para Oficiais e Sargentos, levando-nos a concluir que a informação sobre os serviços de apoio é semelhante para os Oficiais e Sargentos.

Pela análise das entrevistas concluímos o seguinte:

- Não são definidos ao mais alto nível objectivos estratégicos para a área do apoio social;
- Não são definidas áreas prioritárias de acção;
- Não se efectua avaliação ao sistema de apoio social;
- Há limitações orçamentais;

²⁶ Apêndice D – Quadro Resumo com resultados estatísticos sobre informação, utilização e avaliação dos serviços de apoio social .



- O órgão de execução por excelência a DASP, assume-se mais como reactivo em vez de pró-activo;
- Não existe nenhum plano de apoio social aprovado;
- As principais infra-estruturas e equipamentos de apoio social encontram-se nos grandes centros urbanos (Lisboa e Porto).

Em síntese, poderemos afirmar que, para além da falta de políticas e orientações, das limitações de infra-estruturas e equipamentos e das deficiências organizacionais, acresce uma elevada falta de informação sobre os serviços de apoio social, com reflexos evidentes na sua utilização, que conduzem, conseqüentemente, a uma insatisfação geral por parte dos Oficiais e Sargentos face aos serviços de apoio social.

II.7 A Execução de Apoio Social. Perspectivas de Futuro

“Quando se navega sem destino, nenhum vento é favorável” (Séneca).

Pretendemos, agora, com base na discussão dos resultados e na nossa opinião pessoal, alertar para o que, conceptualmente, consideramos ser essencial para o planeamento e execução do apoio social.

Em primeiro lugar, destacamos o aspecto financeiro - reduzidos orçamentos – como um dos factores essenciais a considerar no apoio social. Estamos cientes de que as questões financeiras são incontornáveis e influenciam necessariamente o sub-sistema de apoio. Contudo, não nos poderemos desculpar com as questões orçamentais para justificar a estagnação dos serviços, isto é, os reduzidos orçamentos não poderão servir de defesa para não se mudar o que necessita de ser mudado, veja-se a celebração de protocolos e as vantagens inerentes aos mesmos. Em segundo lugar, consideramos necessário e urgente aceitar a “mudança” como um dos caminhos a seguir para a criação de um sistema de apoio eficaz e eficiente. Essa “mudança”, ou melhor, evolução, terá que ser feita, não só em termos institucionais, mas também por parte dos militares, utentes do serviço, cabendo-lhes, na nossa perspectiva, um papel mais activo e participativo, não adoptando a posição fácil de que “a responsabilidade é dos outros”.



A nível institucional, terão que ser definidos - tendo por base os orçamentos atribuídos, e só esses - os objectivos estratégicos e as grandes áreas de actuação. Terão também que ser criadas estruturas por forma a evitar duplicações de funções, concentrando ou desconcentrando conforme as necessidades reais. Os caso do Reino Unido e de Espanha são um exemplo, relativamente à existência de um só órgão no MDN para a gestão do parque habitacional.

Consideramos também, como conveniente, a criação de um sistema de informação eficaz e abrangente, que forneça aos militares todas os dados necessários para usufruírem de facto do sub-sistema de apoio social.

Ainda no campo institucional, consideramos fundamental o estudo e planeamento que tenha por base:

- O estudo sistemático do quadro social actual;
- A avaliação do sub-sistema como forma de realinhamento dos objectivos definidos;
- O acompanhamento das mudanças internas e externas - que se reflectem sobremaneira na vida dos Oficiais e Sargentos e respectivas famílias - permitindo a adopção de uma postura pró activa e não reactiva. Destacamos a nível interno, as alterações estatutárias, a incorporação das mulheres, a profissionalização, as missões em operações de apoio à paz. A nível externo destacamos a rápida evolução da sociedade, não só em termos económicos e sócio culturais, alterações da estrutura familiar, “(...)o desempenho profissional das mulheres dos militares, não só pela realização profissional, mas também para prover às necessidades do casal” (Santos, 2001, 193).

Para que se garanta um oportuno, adequado e actualizado apoio social.

Consideramos ainda que, em termos institucionais, seria vantajosa a existência de um órgão superior (MDN) para coordenação dos esforços dos ramos, evitando-se dessa forma a duplicação de funções.

No âmbito não institucional, a mudança de filosofia quanto à forma de encarar o apoio social é fundamental. Cada vez mais o militar deverá assumir um papel mais activo no sistema, sendo a sua participação fundamental – o caso do RU é paradigmático – no sub-sistema de apoio social.

As tendências nacionais, em termos de política de segurança social, indicam um incremento das responsabilidades sociais no âmbito do apoio social, ao que se



associa uma nova filosofia, a “cultura de partilha de riscos”. O militar, integrado que está na sociedade, é obrigado necessariamente a adaptar-se às novas situações, caso contrário a evolução para um melhor sistema de apoio correrá o risco de nunca se efectuar.



Conclusões

A realização deste trabalho foi sem dúvida um desafio que nos permitiu abordar uma área com reflexos na motivação e bem-estar dos Oficiais, Sargentos e respectivas famílias.

Sendo o apoio social no Exército uma área incipientemente abordada, esta investigação permitiu aumentar o conhecimento e, desse modo, contribuir para a melhoria do sub-sistema de apoio social.

Um dos maiores contributos deste trabalho, e novidade, foi o facto de se ter analisado a satisfação dos Oficiais e Sargentos relativamente ao apoio social prestado. Estamos cientes das suas limitações, especialmente pelo facto de a amostragem utilizada poder dificultar extrapolações para o Universo em causa, contudo fornecerá indicações para futuros estudos no mesmo âmbito.

Face aos elementos recolhidos, ao estudo e análise efectuada e tendo em conta o nosso objectivo, torna-se necessário sistematizar os aspectos mais relevantes do presente trabalho.

Assim, destacamos:

- Inexistência de objectivos estratégicos na área do apoio social;
- Inexistência de políticas orientadoras no campo da acção social;
- A inexistência de planeamento na área do apoio social;
- Não definição das áreas prioritárias de acção;
- Inexistência de Planos de Acção para o apoio social aprovados, como exemplo do RU e Espanha;
- A existência de diversas entidades envolvidas em questões do apoio social, o que se traduz em desperdícios de recursos;
- Inexistência de um sistema de controlo e avaliação do sistema;
- As infra-estruturas e equipamentos de apoio encontram-se localizados na sua grande parte nos grandes centros urbanos (Lisboa e Porto).
- As infra-estruturas de apoio escolar encontram-se essencialmente em Lisboa;
- As infra-estruturas de apoio à saúde encontram-se essencialmente em Lisboa e Porto;
- A actividade no âmbito da Cultura/Ocupação dos Tempos Livres é reduzida;



- O nível de informação das áreas de apoio estudadas é baixo;
- A utilização por parte dos militares das áreas do apoio de serviço estudadas é reduzida;
- O militares estão de uma forma global insatisfeitos com os serviços de apoio, porém, na área da educação e habitação, os militares estão nem satisfeitos nem insatisfeitos.

Tendo em vista a questão central - Os serviços de apoio social do Exército nas áreas da saúde, educação, habitação e cultura e ocupação dos tempos livres são os adequados para um eficaz e eficiente apoio aos Oficiais e Sargentos do QP no activo e respectivas famílias, reflectindo-se os mesmos no grau de satisfação manifestado por esses Oficiais e Sargentos do QP - poderemos afirmar que, além da inexistência de políticas e orientações, das limitações de infra-estruturas e de equipamentos, das deficiências organizacionais, acresce uma elevada falta de informação sobre os serviços de apoio social, com reflexos evidentes na sua utilização, que conduzem consequentemente a uma insatisfação geral por parte dos Oficiais e Sargentos relativamente aos serviços de apoio social. Face ao exposto concluímos que o Exército não corresponde, na generalidade das situações, às expectativas dos Oficiais e Sargentos no âmbito do apoio social, não sendo os serviços de apoio os adequados para um eficaz e eficiente apoio.

O tema estudado é vasto e subjectivo, a forma da sua abordagem pareceu-nos ser a adequada, porém, estamos conscientes de que o seu estudo não se esgota nesta vertente. Por isso, em futuros estudos propomos que sejam abordadas as seguintes questões:

- Apoio social aos militares na reforma, área que consideramos de elevada importância, em virtude do envelhecimento da população e, perante o qual devemos atempadamente dar as devidas respostas;
- Criação de uma estrutura de apoio social no MDN.



Proposta

Como eventual contributo para a melhoria do sub-sistema de apoio social, apresentamos um conjunto de recomendações gerais e específicas relativas às áreas da investigação.

Assim, como recomendações gerais propomos:

- Desenvolvimento e melhoramento do actual sistema de informação, com máximo recurso à utilização de:
 - Internet e Intranet;
 - Linha de informação criada para o efeito.

- A elaboração de um “Extracto de Regalias Sociais”, contendo uma informação personalizada do conjunto de benefícios à disposição do militar e servindo como guia de consulta. Esse documento possibilita a percepção global e integrada do conjunto de benefícios, identificando os instrumentos que lhes dão acesso. De periodicidade anual, podendo efectuar-se o envio em simultâneo com o comprovativo da ADME para efeitos de IRS.

- Concentração das actividades relacionadas com a habitação, cultura e ocupação dos tempos livres e educação na DASP. Assim, facilmente se poderiam obter apoios na procura de casa e na procura de escolas.

- Levantamento de um gabinete semelhante ao existente na Marinha para apoiar os familiares dos militares em missões no estrangeiro.

- Formação de um núcleo de apoio social nas unidades, com ligação à DASP e IASFA.

- Ministrando formação no âmbito do apoio social para quem venha a desempenhar funções nessas áreas.

- Criação de um sistema de avaliação do sub-sistema de apoio social, recorrendo, por exemplo, à elaboração de inquéritos de opinião sobre os serviços de apoio



social. Estes inquéritos poderiam ser lançados via Intranet e posteriormente tratados pelo CPAE.

- Manutenção actualizada dos protocolos existentes. Eventual criação de grupo especializado para a negociação nesta área.

Como recomendações específicas nas diversas áreas do estudo, propomos:

Na saúde:

- Incentivar a utilização do seguro de saúde como meio alternativo ao sistema de saúde militar;
- Elaboração de protocolos que garantam as visitas domiciliárias;
- Elaboração de protocolos para utilização de ambulâncias.

Na Educação:

- Elaboração de protocolos com creches, infantários, escolas e instituições de ensino;
- Criação de residenciais para estudantes;
- Implementação de actividades de ocupação dos tempos livres dos filhos dos militares.

Na Habitação:

- Incentivar a criação de cooperativas;
- Celebração de protocolos com imobiliárias;
- Celebração de protocolos com empresas de reparação e manutenção de habitações;
- Celebração de protocolos com agências de mudanças.

Na Cultura e Ocupação dos tempos Livres:

- Celebração de protocolos com agências de viagens;
- Celebração de protocolos com unidades hoteleiras;
- Celebração de protocolos com clubes e instituições recreativas;
- Celebração de protocolos com outros Exércitos para intercâmbio cultural;
- Incrementar a criação de clubes de Oficiais e Sargentos.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS

SANTOS, General José Alberto Loureiro dos, *Segurança e Defesa na Viragem do Milénio*, Edição n.º 104307/7683, Reflexões Sobre Estratégia, Publicações Europa América, Lisboa, Setembro de 2001, 287.

TEIXEIRA, Sebastião, *Gestão das Organizações*, McGraw-Hill, s.l., 1998.

ARTIGOS DE REVISTAS/JORNAIS

Comando do Pessoal, *Jornal do Exército* n.º 498 (Julho de 2001).

OBRAS ESPECÍFICAS SOBRE O TEMA/ OUTROS TRABALHOS

SILVEIRA, MAJ Morgado, *A Moderna Teoria de Apoio Social e a sua Aplicação nas Forças Armadas. Humanização de serviços e Rentabilização dos Recursos de Apoio Social*, TILD, CEM 98/00, IAEM, Lisboa.

BARATA, Mário Gentil Belard Silvano, *A Acção Social na Força Aérea Portuguesa*, Curso Geral de Guerra Aérea, 2001/2002, IAE, Lisboa.

CEM 1998/2000, *Apoio de Serviços de Pessoal no Exército. Situação Actual e Evolução Necessária*, IAEM, Lisboa.

LEGISLAÇÃO

Lei constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro – Constituição da República Portuguesa.

Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro – Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

Lei n.º 11/89, de 1 de Junho - Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar.

Decreto Lei n.º 194/91, de 25 de Maio - Acção Social Complementar.

Decreto Lei n.º 47/93, de 26 de Fevereiro – Lei Orgânica do Ministério da Defesa Nacional.

Decreto Lei n.º 49/93, de 26 de Fevereiro – Lei Orgânica da Marinha.

Decreto Lei n.º 50/93, de 26 de Fevereiro – Lei Orgânica do Exército.



Decreto Lei n.º 51/93, de 26 de Fevereiro. – Lei Orgânica da Força Aérea.

Decreto Lei n.º 284/95, de 30 de Outubro – Estatuto do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

Decreto Regulamentar n.º 22/94, de 2 de Setembro – Atribuições, organização e competências da Marinha.

Decreto Regulamentar n.º 43/94, de 2 de Setembro – Atribuições, organização e competências do Estado-Maior do Exército.

Decreto Regulamentar n.º 44/94, de 2 de Setembro – Atribuições, organização e competências do Comando de Pessoal, do Comando da Logística e do Comando de Instrução do Exército.

Decreto Regulamentar n.º 51/94, de 2 de Setembro – Atribuições, organização e competências do Comando de Pessoal da Força Aérea.

Decreto Regulamentar n.º 13/95, de 23 de Maio – Estrutura, competências e modo de funcionamento da Direcção Geral de Pessoal do MDN.

Decreto Regulamentar n.º 25/98, de 6 de Novembro - Altera as atribuições à DASP.

Decreto Regulamentar n.º 4/2002, de 5 de Fevereiro – Natureza e competências da DGPRM do MDN.

MANUAIS E REGULAMENTOS/OUTROS

DETERMINAÇÃO N.º 01/2002, Gabinetes de Acção Social na Força Aérea.

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DE 2001, do Serviço de Acção Social da Força Aérea.

PLANO DE ACTIVIDADES PARA 2002, do Serviço de Acção Social da Força Aérea.

REGULAMENTO INTERNO DA DIRECÇÃO DE APOIO SOCIAL, Despacho do Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, nº 79/95, de 21 de Novembro.

MANUAL DE APOIO SOCIAL DA DASP, consulta na Intranet.

ANTE PROJECTO DO PLANO DE ACÇÃO PARA O APOIO DE SERVIÇOS DE PESSOAL, da DASP, de Abril de 2000, 6ª Versão.

APOIO SOCIAL A MILITARES DO EXÉRCITO, Lisboa, 1979.



INTERNET

http://www.mdn.gov.pt/Defesa/Estrutura/Organigrama/org_DGPRM.htm, em 08 de Setembro de 2002.

http://www.exercito.pt/portal/exercito/_specific/public/allbrowsers/asp/default.asp, em 08 de Setembro de 2002.

<http://www.emfa.pt/>, em 08 de Setembro de 2002.

<http://www.marinha.pt/>, em 08 de Setembro de 2002.

<http://www.ejercito.mde.es/inicio.htm>, em 08 de Setembro de 2002.

<http://www.mde.es/mde/organiza/organ4.htm>, em 08 de Setembro de 2002.

<http://www.mod.uk/>, em 08 de Setembro de 2002.

<http://www.army.mod.uk/soldierwelfare/index.htm>, em 08 de Setembro de 2002.

<http://www.dgp.eb.mil.br/das/index.htm>, em 12 de Novembro de 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIVROS

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira, *Metodologia das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, 7ª Edição, Edições Afrontamento, Porto, 1986, 318.

CARREIRA, Henrique Medina, *O Estado e a Segurança Social*, Cadernos do Público, 1996, 72.

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 1ª Edição, Tradução de João Minhoto Marques e Maria Amália Mendes, Gradiva, Lisboa, 1992, 275.

HILL, Andrew e HIL, Manuela Magalhães, *Investigação por Questionário*, 1ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa, Junho de 2000, 375.

MSST, Livro Branco da Segurança Social, uma síntese, Secretaria de Estado da Segurança Social e das Relações Sociais, 1998.



OBRAS ESPECÍFICAS SOBRE O TEMA/ OUTROS TRABALHOS

BRANCO, COR Sérgio do Rosário Dias, *Apoio Social aos Militares. Particularidades. Responsabilidade Institucional. Situação e Perspectivas.*, CSCD 1989/1990, IAEM, Lisboa.

COUTINHO, COR Luís Manuel da Silva Pereira, *A Evolução do Sistema de Segurança Social e a sua Repercussão nas Forças Armadas*, CSCD 1996/1997, IAEM, Lisboa.

SANTOS, COR Luís Nelson Ferreira dos, *Moral e Bem-Estar no Exército: conceito, racionalização e funcionamento*, CSCD 1999/2000, IAEM, Lisboa.



APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



Questionário aos Oficiais e Sargentos no âmbito do Apoio Social no Exército

Nunca como hoje o apoio social foi tão relevante. O “militar” é um dos recursos mais valiosos à disposição do Exército, a sua segurança e bem estar, bem como a da família é factor essencial para que, como recurso seja rentabilizado ao máximo. O presente questionário destina-se a Oficiais e Sargentos do Quadro Permanente no activo e servirá de apoio ao trabalho individual de longa duração, do Curso de Estado Maior 2001- 2003, subordinado ao tema “A realidade do apoio social no Exército. Perspectivas de futuro”.

Estamos empenhados em avaliar a eficácia e eficiência dos serviços de Apoio Social do Exército, em especial, nas áreas da Saúde, Educação, Habitação e Cultura/Ocupação dos Tempos Livres.

A sua resposta a este questionário é de vital importância. Procure ser o mais exacto possível nas suas respostas.

Este questionário é anónimo e confidencial



I. IDENTIFICAÇÃO

1.1 . Identifique qual é o seu Posto:

(Assinale com um X a sua opção)

OFICIAIS	
----------	--

Coronel	
TCor	
Major	
Capitão	
Tenente	
Alferes	

SARGENTOS	
-----------	--

Sargento-Mor	
SChefe	
SAjudante	
1º Sargento	
2º Sargento	
Furriel	

1.2. Qual é sua idade ? _____ anos

1.3. Há quantos anos está no Exército ? _____ anos

1.4. Qual é o seu sexo ? (Assinale com um X a sua opção)) Masc Fem

1.5. Qual é o seu estado civil? (Assinale com um X a sua opção)

Solteiro		Casado		Viúvo		Divorciado		União de Facto	
----------	--	--------	--	-------	--	------------	--	----------------	--

Outro		Qual ? _____
-------	--	--------------

1.6. O seu Agregado Familiar é composto por quantas pessoas ? _____

1.6.1. Identifique-as com um X na grelha abaixo discriminada, indicando as suas idades: (Assinale com um X a sua opção)

Marido		Esposa		Pai		Mãe	
--------	--	--------	--	-----	--	-----	--

Sogra		Sogra	
-------	--	-------	--

Filhos		Quantos ?		Idades ? _____
--------	--	-----------	--	----------------

1.7. Qual a sua Guarnição Militar de Preferência ? _____

1.8. Local de Residência? _____

1.9. Situação

Colocado	
----------	--

Deslocado	
-----------	--



II. INFORMAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO SOCIAL DO EXÉRCITO

2.1.No âmbito da assistência na Saúde, indique o grau de informação que possui e a utilização que efectua dos Serviços abaixo descritos :

(Assinale com um X a sua opção)

	INFORMAÇÃO					UTILIZAÇÃO				
	Desconheço Totalmente	Conheço Mal	Nem bem nem Mal	Conheço Razoavelmente	Conheço Totalmente	Nunca	Entre Uma vez a cinco por Ano	Entre 5 a 12 por Ano	Mais de 12 por Ano	Sempre
Esquema de benefícios da assistência na doença aos militares										
Cuidados de saúde e outros encargos participáveis										
Comparticipações dos cuidados de saúde prestados por entidades privadas ou em regime de livre escolha										
Acesso aos cuidados de saúde nos hospitais militares										
Acesso aos cuidados de saúde nos hospitais civis										
Recurso a entidades privadas com as quais a ADME tenha acordo										
Tratamentos no Estrangeiro										



2.2. No âmbito do Apoio nas áreas da Educação, Habitação, Cultura e Ocupação dos tempos livres indique que conhecimento tem, bem como da utilização efectuada dos Serviços disponíveis relativamente a :

2.2.1 Educação :

(Assinale com um X a sua opção)

	INFORMAÇÃO					UTILIZAÇÃO				
	Desconheço Totalmente	Conheço Mal	Nem bem nem mal	Conheço Razoavelmente	Conheço Totalmente	Nunca	Raramente	Com alguma Frequência	Muitas Vezes	Sempre
Colégio militar										
Instituto Militar dos Pupilos do Exército										
Instituto de Odivelas										
Outros										

Se respondeu outros, indique quais?

2.2. Habitação :

(Assinale com um X a sua opção)

	INFORMAÇÃO					UTILIZAÇÃO				
	Desconheço Totalmente	Conheço Mal	Nem bem nem mal	Conheço Razoavelmente	Conheço Totalmente	Nunca	Raramente	Com alguma Frequência	Muitas Vezes	Sempre
Casas IASFA										
Casas Estado										
Protocolos Entidades Bancárias										
Outros										



Se respondeu outros , indique quais ?

2.3. Cultura/Ocupação dos Tempos :

(Assinale com um X a sua opção)

	INFORMAÇÃO					UTILIZAÇÃO				
	Desconheço Totalmente	Conheço Mal	Nem bem nem mal	Conheço Razoavelmente	Conheço Totalmente	Nunca	Raramente	Com alguma Frequência	Muitas Vezes	Sempre
Messes Nacionais										
Messes Estrangeiras										
Museus Militares										
Outros										

Se respondeu outros , indique quais ?

2.3. Para cada uma das áreas do apoio social, a informação disponível é :

(Assinale com X a sua opção)

ÁREAS DE APOIO	Muito Má	Má	Razoável	Boa	Muito Boa
Saúde					
Educação					
Habitação					
Cultura/Ocupação Tempos Livres					

2.4. A informação que tem sobre estes apoios foi-lhe transmitida através :

(Assinale com X a sua opção)

- De um superior, porque solicitei informações sobre o assunto
- De um superior por sua iniciativa
- De um camarada que já recorreu aos serviços
- De um meio informativo do Exército Qual ? _____
- Outro Qual ? _____



2.5. Facilidades de acesso aos Serviços de Saúde, Educação, Messes e de Cultura e Ocupação dos Tempos livres:
(Assinale com um X a sua opção)

	Muito Mau	Mau	Razoável	Bom	Muito Bom
Saúde					
Educação					
Messes					
Cultura/ Ocupação TLivres					
Outros					

Outros ? _____ Especifique ?

Na sua opinião qual é a entidade responsável pelo planeamento do Apoio Social no Exército? (Assinale com um X a sua opção)

Divisão de Pessoal/EMF	<input type="checkbox"/>	DASP	<input type="checkbox"/>	Outra ?	<input type="checkbox"/>
------------------------	--------------------------	------	--------------------------	---------	--------------------------

Qual ? _____

Pela execução do Apoio Social ? (Assinale com um X a sua opção)

Divisão de Pessoal/EMF	<input type="checkbox"/>	DASP	<input type="checkbox"/>	Outra ?	<input type="checkbox"/>
------------------------	--------------------------	------	--------------------------	---------	--------------------------

Qual ? _____

2.7. Conhece o Manual de Apoio Social elaborado pela Direcção de Apoio de Serviços de Pessoal ?

SIM NÃO

Conhece os protocolos assinados com Entidades Civas ?

SIM NÃO

Se respondeu sim, indique quais ?



III. AVALIAÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO SOCIAL

3.1 . Em que medida está satisfeito com as diferentes áreas do Apoio Social ?

(Assinale com X a sua opção)

<u>Saúde</u>	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Tempo para Marcação das consultas					
Atendimento/ Qualidade dos Serviços					
Pagamento das Comparticipações					

<u>Educação</u>	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Localização Geográfica dos Meios de Apoio					
Organização dos Serviços					
Qualidade dos serviços					

<u>Habituação</u>	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Localização das Habitações					
Qualidade das Habitações					
Garantia de Utilização das Habitações					



Cultura/Desporto/Tempos Livres	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito
Localização Geográfica dos Meios e Equipamentos					
Organização dos Serviços					
Atendimento nos Serviços					

Outros	Muito Insatisfeito	Insatisfeito	Nem Satisfeito Nem Insatisfeito	Satisfeito	Muito Satisfeito

Especifique:

3.2. Se pudesse organizar o Apoio Social do Exército .

3.2.1. O que alterava ? _____

3.2.2. O que mantinha ? _____

3.2.3. O que inovaria ? _____

Obrigado pela disponibilidade demonstrada no preenchimento deste questionário.



APÊNDICE B – ENTREVISTA TIPO



Esta entrevista foi efectuada às seguintes entidades:

- **Major General Sousa Neves, Director da DASP.**
- **Major General Aguda, Subdirector da DGPRM do MDN**
- **Coronel Cabrita, Chefe da Divisão de Pessoal do EME.**
- **Tenente Coronel Duarte, Chefe da RAS da DASP.**
- **Tenente Coronel Figueiredo, Chefe da Repartição de Justiça e Disciplina Moral e Bem Estar da Divisão de Pessoal do EME.**

Data da entrevista:

Local: Instalações da Divisão de Pessoal / EME, DASP e no MDN.

Finalidade a atingir: Determinar a existência de políticas, legislação e orientações conducentes ao planeamento e gestão do Apoio Social no Exército. Averiguar das limitações e condicionamentos, grandes áreas de actuação.

Questão 1 :Quais são as orientações gerais no âmbito do Apoio Social ?

Existe, ou está em curso alguma proposta, projecto nessa área ?

Que grandes áreas consideram no âmbito do Apoio Social ?

Qual é o seu parecer em relação a este assunto ?

Questão 2 :Que tipo e quantidade de estudos já foram elaborados para problemas ou situações especificamente do Apoio Social ?

Há estudos que incidam no conhecimento do grau de satisfação dos utentes dos serviços de Apoio Social ?

Questão 3 : Qual, na sua óptica será o factor que mais condiciona o Apoio Social no Exército ?

Questão 4 : Quais são as limitações ao Apoio Social no Exército ?

Questão 5 : Como define o conceito de APOIO SOCIAL ?

Questão 6 : Em Exércitos de outros países, existem programas de apoio familiar. No caso Português, o que é que existe ?

Esta entrevista foi efectuada na integra no EME, ao Chefe da Divisão de Pessoal e ao Tenente Coronel Chefe da Repartição de Justiça, bem como ao Tenente Coronel Chefe da RAS da DASP.

Às restantes entidades, foram colocadas as questões 1, 2 e 5.



APÊNDICE C – RESULTADOS ESTATÍSTICOS



Teste para a H1

ANÁLISE DE VARIÂNCIA, diferenças Posto						
Test of Homogeneity of Variances						
	Levene Statistic	df1	df2	Sig.		
SATSAU_T	0,589	10	127	0,820		
SATEDU_T	0,883	10	115	0,551		
SATHAB_T	0,639	10	112	0,778		
SATCUL_T	2,249	10	115	0,019		
ANOVA						
		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
SATSAU_T	Between Groups	4,752	10	0,475	0,959	0,482
	Within Groups	62,904	127	0,495		
	Total	67,656	137			
SATEDU_T	Between Groups	3,994	10	0,399	0,783	0,645
	Within Groups	58,691	115	0,510		
	Total	62,684	125			
SATHAB_T	Between Groups	2,912	10	0,291	0,523	0,871
	Within Groups	62,383	112	0,557		
	Total	65,295	122			
SATCUL_T	Between Groups	7,938	10	0,794	1,265	0,258
	Within Groups	72,151	115	0,627		
	Total	80,089	125			



Teste para a H 3

H3 - CORRELAÇÕES									
Correlations									
		SAUINF_T	SAUUT_T	EDUINF_T	EDUUT_T	HABINF_T	HABUT_T	CULINF_T	CULUT_T
SAUINF_T	Pearson Correlation	1	0,343	0,365	-0,018	0,575	0,287	0,569	0,276
	Sig. (2-tailed)	,	0,000	0,005	0,896	0,001	0,132	0,002	0,192
	N	129	115	57	58	30	29	26	24
SAUUT_T	Pearson Correlation	0,343	1	0,145	0,017	0,009	0,305	-0,006	0,057
	Sig. (2-tailed)	0,000	,	0,299	0,904	0,964	0,115	0,979	0,793
	N	115	122	53	53	28	28	25	24
EDUINF_T	Pearson Correlation	0,365	0,145	1,000	0,434	0,100	0,077	0,567	0,317
	Sig. (2-tailed)	0,005	0,299	,	0,001	0,607	0,695	0,003	0,123
	N	57	53	61	59	29	28	26	25
EDUUT_T	Pearson Correlation	-0,018	0,017	0,434	1	-0,093	-0,204	0,111	0,026
	Sig. (2-tailed)	0,896	0,904	0,001	,	0,632	0,297	0,590	0,901
	N	58	53	59	62	29	28	26	25
HABINF_T	Pearson Correlation	0,575	0,009	0,100	-0,093	1	0,417	0,634	0,533
	Sig. (2-tailed)	0,001	0,964	0,607	0,632	,	0,031	0,001	0,007
	N	30	28	29	29	31	27	25	24
HABUT_T	Pearson Correlation	0,287	0,305	0,077	-0,204	0,417	1	0,462	0,332
	Sig. (2-tailed)	0,132	0,115	0,695	0,297	0,031	,	0,023	0,113
	N	29	28	28	28	27	30	24	24
CULINF_T	Pearson Correlation	0,569	-0,006	0,567	0,111	0,634	0,462	1	0,589
	Sig. (2-tailed)	0,002	0,979	0,003	0,590	0,001	0,023	,	0,002
	N	26	25	26	26	25	24	27	25
CULUT_T	Pearson Correlation	0,276	0,057	0,317	0,026	0,533	0,332	0,589	1
	Sig. (2-tailed)	0,192	0,793	0,123	0,901	0,007	0,113	0,002	,
	N	24	24	25	25	24	24	25	25

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).



Teste para a H 4

H4 - CORRELAÇÕES

Correlations

		IDADE	AGREGADO	SATEDU_T	SATHAB_T
IDADE	Pearson Correlation	1	0,346	-0,031	-0,025
	Sig. (2-tailed)	,	0,000	0,727	0,782
	N	143	139	125	122
AGREGADO	Pearson Correlation	0,346	1	-0,197	-0,025
	Sig. (2-tailed)	0,000	,	0,029	0,788
	N	139	140	123	120
SATEDU_T	Pearson Correlation	-0,031	-0,197	1	0,372
	Sig. (2-tailed)	0,727	0,029	,	0,000
	N	125	123	126	116
SATHAB_T	Pearson Correlation	-0,025	-0,025	0,372	1
	Sig. (2-tailed)	0,782	0,788	0,000	,
	N	122	120	116	123

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).

* Correlation is significant at the 0.05 level (2-tailed).

**Teste para a H 5**

H5 - CORRELAÇÕES, associação Idade						
Correlations						
		IDADE	SAUINF_T	EDUINF_T	HABINF_T	CULINF_T
IDADE	Pearson Correlation	1	0,173	0,147	0,075	0,252
	Sig. (2-tailed)	,	0,051	0,263	0,690	0,205
	N	143	128	60	31	27
SAUINF_T	Pearson Correlation	0,173	1	0,365	0,575	0,569
	Sig. (2-tailed)	0,051	,	0,005	0,001	0,002
	N	128	129	57	30	26
EDUINF_T	Pearson Correlation	0,147	0,365	1	0,100	0,567
	Sig. (2-tailed)	0,263	0,005	,	0,607	0,003
	N	60	57	61	29	26
HABINF_T	Pearson Correlation	0,075	0,575	0,100	1	0,634
	Sig. (2-tailed)	0,690	0,001	0,607	,	0,001
	N	31	30	29	31	25
CULINF_T	Pearson Correlation	0,252	0,569	0,567	0,634	1
	Sig. (2-tailed)	0,205	0,002	0,003	0,001	,
	N	27	26	26	25	27

** Correlation is significant at the 0.01 level (2-tailed).



Teste para a H 6

H6 - REGRESSÃO, Saúde

Variables Entered/Removed			
Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	SITUACAO	.	Enter

a All requested variables entered.

b Dependent Variable: SATSAU_T

Model Summary				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	0,012	0,000	-0,007	0,705

a Predictors: (Constant), SITUACAO

ANOVA						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	0,010	1	0,010	0,020	0,887
	Residual	67,142	135	0,497		
	Total	67,152	136			

a Predictors: (Constant), SITUACAO

b Dependent Variable: SATSAU_T

Coefficients						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	2,355	0,182		12,954	0,000
	SITUACAO	0,019	0,134	0,012	0,142	0,887

a Dependent Variable: SATSAU_T



H6 - REGRESSÃO, Educação

Variables Entered/Removed			
Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	SITUACAO	.	Enter

a All requested variables entered.

b Dependent Variable: SATEDU_T

Model Summary				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	0,024563426	0,001	-0,008	0,713

a Predictors: (Constant), SITUACAO

ANOVA						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	0,038	1	0,038	0,074	0,786
	Residual	62,570	123	0,509		
	Total	62,608	124			

a Predictors: (Constant), SITUACAO

b Dependent Variable: SATEDU_T

Coefficients						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error			
1	(Constant)	2,673	0,192		13,899	0,000
	SITUACAO	0,038	0,141	0,025	0,273	0,786

a Dependent Variable: SATEDU_T



H6 - REGRESSÃO, Habitação

Variables Entered/Removed			
Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
1	SITUACAO	.	Enter

a All requested variables entered.

b Dependent Variable: SATHAB_T

Model Summary				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	0,001	0,000	-0,008	0,736

a Predictors: (Constant), SITUACAO

ANOVA						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	0,000	1	0,000	0,000	0,991
	Residual	64,987	120	0,542		
	Total	64,987	121			

a Predictors: (Constant), SITUACAO

b Dependent Variable: SATHAB_T

Coefficients						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	2,555	0,200		12,756	0,000
	SITUACAO	0,002	0,145	0,001	0,012	0,991

a Dependent Variable: SATHAB_T



H6 - REGRESSÃO, Cultura

Variables Entered/Removed			
Model	Variables Entered	Variables Removed	Method
	SITUACAO		Enter

a All requested variables entered.

b Dependent Variable: SATCUL_T

Model Summary				
Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	0,168	0,028	0,020	0,795

a Predictors: (Constant), SITUACAO

ANOVA						
Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	2,263	1	2,263	3,581	0,061
	Residual	77,723	123	0,632		
	Total	79,986	124			

a Predictors: (Constant), SITUACAO

b Dependent Variable: SATCUL_T

Coefficients						
Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	2,295	0,214		10,704	0,000
	SITUACAO	0,297	0,157	0,168	1,892	0,061



Teste da H 7

H7 - ANÁLISE DE VARIÂNCIA

Test of Homogeneity of Variances					
	Levene Statistic	df1	df2	Sig.	
SAUINF_T	1,389825785	10	118	0,193201792	
EDUINF_T	1,136186407	10	50	0,355326925	
HABINF_T	3,089918529	8	22	0,017081103	
CULINF_T	0,863326226	7	19	0,551764021	

ANOVA						
		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
SAUINF_T	Between Groups	5,099644485	10	0,509964448	0,993844481	0,4528027
	Within Groups	60,54851245	118	0,513122987		
	Total	65,64815694	128			
EDUINF_T	Between Groups	14,49660643	10	1,449660643	2,01391553	0,0514672
	Within Groups	35,99109848	50	0,71982197		
	Total	50,48770492	60			
HABINF_T	Between Groups	2,833244528	10	0,283324453	0,673561808	0,735834
	Within Groups	8,412723214	20	0,420636161		
	Total	11,24596774	30			
CULINF_T	Between Groups	2,446296296	10	0,24462963	0,444360349	0,9021149
	Within Groups	8,808333333	16	0,550520833		
	Total	11,25462963	26			

Apêndice elaborado com base nos resultados obtidos no SPSS.



APÊNDICE D - RESULTADOS GLOBAIS NAS ÁREAS DO APOIO SOCIAL



Resultados globais em termos de Satisfação, Informação e Utilização

Group Statistics					
	POSTO2	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
SATSAU_T	1	73	2,333	0,711	0,083
	2	65	2,421	0,695	0,086
SATEDU_T	1	69	2,729	0,757	0,091
	2	57	2,719	0,651	0,086
SATHAB_T	1	68	2,534	0,733	0,089
	2	55	2,576	0,736	0,099
SATCUL_T	1	68	2,740	0,770	0,093
	2	58	2,609	0,836	0,110
SAUINF_T	1	69	2,950	0,747	0,090
	2	60	2,995	0,684	0,088
EDUINF_T	1	34	2,522	0,974	0,167
	2	27	2,056	0,782	0,151
HABINF_T	1	16	2,375	0,671	0,168
	2	15	2,250	0,559	0,144
CULINF_T	1	13	2,558	0,622	0,173
	2	14	2,357	0,698	0,187

Group Statistics					
	POSTO2	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
SAUUT_T	1	65	1,992	0,554	0,069
	2	57	1,944	0,468	0,062
EDUUT_T	1	36	1,111	0,307	0,051
	2	26	1,038	0,196	0,038
HABUT_T	1	17	1,441	0,370	0,090
	2	13	1,519	0,554	0,154
CULUT_T	1	13	1,673	0,313	0,087
	2	12	1,458	0,234	0,068

Apêndice elaborado com base nos resultados obtidos no SPSS.



APÊNCICE E – AVALIAÇÃO DO QUESTIONÁRIO



Avaliação do Questionário

Component Matrix	
Component	1
SATSAU_B	0,852481708
SATSAU_A	0,746262551
SATSAU_C	0,542360202
Extraction Method: Principal Component Analysis.	
a 1 components extracted.	

Communalities			
Extraction			
SATSAU_A	0,556907796		
SATSAU_B	0,726725063		
SATSAU_C	0,294154589		
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Total Variance Explained			
Extraction Sums of Squared Loadings			
Component	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,577787447	52,5929149	52,5929149
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Rotated Component Matrix			
a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.			



Component Matrix	
Component	1
SATEDU_B	0,911325769
SATEDU_C	0,898192853
SATEDU_A	0,747260095
Extraction Method: Principal Component Analysis.	
a 1 components extracted.	

Communalities			
Extraction			
SATEDU_A	0,558397649		
SATEDU_B	0,830514657		
SATEDU_C	0,806750401		
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Total Variance Explained			
Extraction Sums of Squared Loadings			
Component	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,195662707	73,1887569	73,1887569
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Rotated Component Matrix			
a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.			



Component Matrix	
Component	1
SATHAB_C	0,871580049
SATHAB_A	0,774306386
SATHAB_B	0,767075505
Extraction Method: Principal Component Analysis.	
a 1 components extracted.	

Communalities			
Extraction			
SATHAB_A	0,599550379		
SATHAB_B	0,58840483		
SATHAB_C	0,759651781		
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Total Variance Explained			
Extraction Sums of Squared Loadings			
Component	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,94760699	64,92023301	64,92023301
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Rotated Component Matrix			
a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.			



Component Matrix	
Component	1
SATCUL_B	0,955386995
SATCUL_C	0,945268802
SATCUL_A	0,90084403
Extraction Method: Principal Component Analysis.	
a 1 components extracted.	

Communalities			
Extraction			
SATCUL_A	0,811519966		
SATCUL_B	0,912764311		
SATCUL_C	0,893533108		
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Total Variance Explained			
Extraction Sums of Squared Loadings			
Component	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,617817384	87,26057948	87,26057948
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Rotated Component Matrix			
a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.			



Component Matrix	
Component	1
SATHAB_T	0,810454681
SATCUL_T	0,751351108
SATEDU_T	0,712087311
SATSAU_T	0,481040652
Extraction Method: Principal Component Analysis.	
a 1 components extracted.	

Communalities			
Extraction			
SATSAU_T	0,231400109		
SATEDU_T	0,507068339		
SATHAB_T	0,656836791		
SATCUL_T	0,564528488		
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Total Variance Explained			
Extraction Sums of Squared Loadings			
Component	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,959833726	48,99584314	48,99584314
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Rotated Component Matrix			
a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.			



Component Matrix	
Component	1
SAUINF_A	0,8281032
SAUINF_C	0,79325071
SAUINF_E	0,787898987
SAUINF_B	0,779893364
SAUINF_D	0,67362759
SAUINF_F	0,658003242
SAUINF_G	0,404671222
Extraction Method: Principal Component Analysis.	
a 1 components extracted.	

Communalities			
Extraction			
SAUINF_A	0,68575491		
SAUINF_B	0,60823366		
SAUINF_C	0,62924669		
SAUINF_D	0,45377413		
SAUINF_E	0,620784814		
SAUINF_F	0,432968266		
SAUINF_G	0,163758798		
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Total Variance Explained			
Extraction Sums of Squared Loadings			
Component	Total	% of Variance	Cumulative %
1	3,594521268	51,35030383	51,35030383
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Rotated Component Matrix			
a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.			



Component Matrix		
Component	1	2
SAUUT_C	0,792737009	
SAUUT_B	0,766772717	
SAUUT_E	0,673020074	
SAUUT_G		
SAUUT_D	0,410687662	0,815399709
SAUUT_F	0,543510805	-0,649923693
Extraction Method: Principal Component Analysis.		
a 2 components extracted.		

Communalities						
Extraction						
SAUUT_B		0,588858501				
SAUUT_C		0,636336706				
SAUUT_D		0,833541042				
SAUUT_E		0,457158893				
SAUUT_F		0,717804802				
SAUUT_G		0,085588974				
Extraction Method: Principal Component Analysis.						
Total Variance Explained						
Extraction Sums of Squared Loadings						
Component	Total	% of Variance	Cumulative %	% of Variance	Cumulative %	
1	2,212908429	36,88180715	36,88180715	36,88113763	36,881138	
2	1,106380488	18,4396748	55,32148194	18,44034432	55,321482	
Extraction Method: Principal Component Analysis.						

Rotated Component Matrix		
Component	1	2
SAUUT_C	0,793258316	
SAUUT_B	0,766576232	
SAUUT_E	0,672617242	
SAUUT_G		
SAUUT_D	0,405767212	0,817859408
SAUUT_F	0,547416898	-0,646637102
Extraction Method: Principal Component Analysis.		
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.		
a Rotation converged in 3 iterations.		
Component Transformation Matrix		
Component	1	2
1	0,999981848	0,006025259
2	-0,006025259	0,999981848
Extraction Method: Principal Component Analysis.		
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.		



Component Matrix	
Component	
	1
EDUINF_A	0,957592158
EDUINF_C	0,938157527
EDUINF_B	0,916126421
EDUINF_D	

Extraction Method: Principal Component Analysis.
a 1 components extracted.

Communalities	
Extraction	
EDUINF_A	0,916982742
EDUINF_B	0,83928762
EDUINF_C	0,880139546
EDUINF_D	0,086690431

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,723100339	68,07750847	68,07750847

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix

a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.



Component Matrix		
Component	1	2
EDUUT_D	0,856967944	
EDUUT_B	0,851971452	
EDUUT_C		0,784426255
EDUUT_A		0,773187349
Extraction Method: Principal Component Analysis.		
a 2 components extracted.		

Communalities						
Extraction						
EDUUT_A	0,657003605					
EDUUT_B	0,773269918					
EDUUT_C	0,659622628					
EDUUT_D	0,772681249					
Extraction Method: Principal Component Analysis.						
Total Variance Explained						
Extraction Sums of Squared Loadings						
Component	Total	% of Variance	Cumulative %	% of Variance	Cumulative %	
1	1,563732416	39,09331041	39,09331041	38,65432842	38,654328	
2	1,298844984	32,4711246	71,56443501	32,91010659	71,564435	
Extraction Method: Principal Component Analysis.						

Rotated Component Matrix		
Component	1	2
EDUUT_B	0,879312155	
EDUUT_D	0,878455901	
EDUUT_C		0,812170325
EDUUT_A		0,809757429
Extraction Method: Principal Component Analysis.		
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.		
a Rotation converged in 3 iterations.		
Component Transformation Matrix		
Component	1	2
1	0,966286919	-0,257467649
2	0,257467649	0,966286919
Extraction Method: Principal Component Analysis.		
Rotation Method: Varimax with Kaiser Normalization.		



Component Matrix	
Component	
	1
HABINF_A	0,748849698
HABINF_B	0,720067485
HABINF_C	0,497282131
HABINF_D	0,385461259
Extraction Method: Principal Component Analysis.	
a	1 components extracted.

Communalities			
Extraction			
HABINF_A	0,560775871		
HABINF_B	0,518497183		
HABINF_C	0,247289518		
HABINF_D	0,148580382		
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Total Variance Explained			
Extraction Sums of Squared Loadings			
Component	Total	% of Variance	Cumulative %
1	1,475142954	36,87857385	36,87857385
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Rotated Component Matrix			
a	Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.		



Component Matrix	
Component	
	1
CULINF_A	0,879159631
CULINF_B	0,77477416
CULINF_C	0,761812913
CULINF_D	-0,375197457

Extraction Method: Principal Component Analysis.
a 1 components extracted.

Communalities	
Extraction	
CULINF_A	0,772921657
CULINF_B	0,600274998
CULINF_C	0,580358915
CULINF_D	0,140773132

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,094328701	52,35821753	52,35821753

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix

a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.



Component Matrix	
Component	
	1
INFDIS_B	0,866744679
INFDIS_C	0,829899029
INFDIS_D	0,789242112
INFDIS_A	0,760753043
Extraction Method: Principal Component Analysis.	
a	1 components extracted.

Communalities			
Extraction			
INFDIS_A	0,578745192		
INFDIS_B	0,751246339		
INFDIS_C	0,688732398		
INFDIS_D	0,622903112		
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Total Variance Explained			
Extraction Sums of Squared Loadings			
Component	Total	% of Variance	Cumulative %
1	2,64162704	66,04067599	66,04067599
Extraction Method: Principal Component Analysis.			
Rotated Component Matrix			
a	Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.		



Component Matrix

Component	
ACES_CUL	0,99519321
ACES_MES	0,99519321
ACES_OUT	0,952585893
ACES_EDU	0,909755566
ACES_SAU	0,675770588

Extraction Method: Principal Component Analysis.
a 1 components extracted.

Communalities

Extraction			
ACES_SAU	0,456665888		
ACES_EDU	0,82765519		
ACES_MES	0,990409524		
ACES_CUL	0,990409524		
ACES_OUT	0,907419884		

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Total Variance Explained

Component	Extraction Sums of Squared Loadings		
	Total	% of Variance	Cumulative %
1	4,17256001	83,45120021	83,45120021

Extraction Method: Principal Component Analysis.

Rotated Component Matrix

a Only one component was extracted. The solution cannot be rotated.



RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
SATSAU_A	4,7319	2,4604	,3212	,4470
SATSAU_B	4,2899	2,2365	,4986	,1629
SATSAU_C	5,2246	2,6426	,2177	,6187

Reliability Coefficients

N of Cases = 138,0 N of Items = 3

Alpha = ,5230

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
SATEDU_A	5,6429	2,3754	,5221	,8814
SATEDU_B	5,4127	2,0843	,7513	,6444
SATEDU_C	5,2937	2,1291	,7217	,6756

Reliability Coefficients

N of Cases = 126,0 N of Items = 3

Alpha = ,8102



RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
SATHAB_A	4,9431	2,5459	,5075	,6926
SATHAB_B	5,2195	2,5990	,4987	,7019
SATHAB_C	5,1545	2,1481	,6542	,5093

Reliability Coefficients

N of Cases = 123,0 N of Items = 3

Alpha = ,7289

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
SATCUL_A	5,5079	2,6999	,7887	,9422
SATCUL_B	5,3175	2,5864	,8913	,8581
SATCUL_C	5,2540	2,6870	,8697	,8767

Reliability Coefficients

N of Cases = 126,0 N of Items = 3

Alpha = ,9259



RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
SAUINF_A	17,5194	18,1891	,7117	,7910
SAUINF_B	17,3721	18,9386	,6472	,8021
SAUINF_C	17,8837	17,9004	,6737	,7960
SAUINF_D	17,1783	19,9133	,5391	,8182
SAUINF_E	17,8760	17,4220	,6825	,7942
SAUINF_F	17,6744	18,9869	,5375	,8191
SAUINF_G	19,2868	21,4718	,3071	,8511

Reliability Coefficients

N of Cases = 129,0 N of Items = 7

Alpha = ,8339

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
SAUUT_B	9,1885	6,2699	,5454	,5308
SAUUT_C	9,5902	5,6819	,5502	,5204
SAUUT_D	9,7705	7,8147	,2146	,6562
SAUUT_E	9,9098	6,5290	,4708	,5619
SAUUT_F	9,8770	7,0509	,3032	,6313
SAUUT_G	10,7623	9,0753	,1672	,6577

Reliability Coefficients

N of Cases = 122,0 N of Items = 6

Alpha = ,6440



RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
EDUINF_A	6,5574	6,3842	,8523	,6818
EDUINF_B	6,6557	6,9295	,7908	,7168
EDUINF_C	6,8033	7,0607	,8491	,6910
EDUINF_D	7,7705	11,6464	,1892	,9368

Reliability Coefficients

N of Cases = 61,0 N of Items = 4

Alpha = ,8289

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
EDUUT_A	3,1613	,4981	,0738	,3455
EDUUT_B	3,2419	,7766	,0995	,1961
EDUUT_C	3,2903	,9635	,2248	,1260
EDUUT_D	3,2742	,9892	,2421	,1347

Reliability Coefficients

N of Cases = 62,0 N of Items = 4

Alpha = ,2257



RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
HABINF_A	7,3871	3,3785	,3593	,1528
HABINF_B	6,3871	3,3785	,2643	,2712
HABINF_C	5,8065	3,6946	,1646	,4060
HABINF_D	8,1935	5,7613	,1453	,4183

Reliability Coefficients

N of Cases = 31,0 N of Items = 4

Alpha = ,3958

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
HABUT_A	4,9000	3,2655	,0000	-,0380
HABUT_B	4,3667	2,1023	-,0186	-,0164
HABUT_C	3,5667	1,2195	-,0144	-,0452
HABUT_D	4,8667	3,2920	-,0902	-,0105

Reliability Coefficients

N of Cases = 30,0 N of Items = 4

Alpha = -,0338



RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
CULINF_A	9,8519	4,2080	,6862	,4672
CULINF_B	11,5556	3,6410	,5360	,5751
CULINF_C	10,4815	4,0285	,5194	,5781
CUINF_D2	8,6667	7,1538	,1854	,7425

Reliability Coefficients

N of Cases = 27,0 N of Items = 4

Alpha = ,6803

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

*** Warning *** Zero variance items

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
CULUT_A2	6,4167	,2652	,4283	,0000
CULUT_C2	5,9167	,9924	,4283	,0000
CULUT_B	9,3333	1,6970	,0000	,3884
CULUT_D	9,3333	1,6970	,0000	,3884

Reliability Coefficients

N of Cases = 12,0 N of Items = 4

Alpha = ,3452



RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
INFDIS_A	6,5290	5,0247	,5877	,8127
INFDIS_B	6,7101	4,3387	,7355	,7449
INFDIS_C	6,8696	4,6106	,6774	,7732
INFDIS_D	7,0217	4,9119	,6223	,7979

Reliability Coefficients

N of Cases = 138,0 N of Items = 4

Alpha = ,8284

RELIABILITY ANALYSIS - SCALE (ALPHA)

Item-total Statistics

	Scale Mean if Item Deleted	Scale Variance if Item Deleted	Corrected Item- Total Correlation	Alpha if Item Deleted
ACES_EDU	7,4286	5,6190	,9192	,9407
ACES_MES	7,2857	6,9048	,9842	,9621
ACES_CUL	7,5714	4,6190	,9763	,9278
ACES_OUT	7,7143	4,9048	,9155	,9466

Reliability Coefficients

N of Cases = 7,0 N of Items = 4

Alpha = ,9589

Apêndice elaborado com base nos resultados obtidos no SPSS.